



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

NAYARA ALMEIDA CARDOSO

**O TURISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO SOBRE A ECONOMIA DO TURISMO NA CIDADE DE RIO
DE CONTAS – BAHIA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

NAYARA ALMEIDA CARDOSO

**O TURISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO SOBRE A ECONOMIA DO TURISMO NA CIDADE DE RIO
DE CONTAS – BAHIA**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do Título de Bacharel em Economia.

ORIENTADOR: PROF. ME. RONAN SOARES DOS SANTOS

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

NAYARA ALMEIDA CARDOSO

**O TURISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM
ESTUDO SOBRE A ECONOMIA DO TURISMO NA CIDADE DE RIO
DE CONTAS – BAHIA**

Monografia aprovada em 29 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Ronan Soares dos santos
(Orientador)

Prof. Me. Dr. Gildásio Santos Junior
(Examinador)

Prof. Antônio Andrade Leal
(Examinador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado coragem, força e sabedoria nesta jornada e em todos os momentos da minha existência.

Com muito louvor e gratidão agradeço aos meus pais, Humberto e Maria do Carmo, pela educação e ensinamentos que me doaram desde o meu nascimento e, por terem acreditado em mim em todos os momentos da minha vida, especialmente nestes cinco anos de graduação.

Agradeço também ao meu noivo Cleyton, pelo seu companheirismo, compreensão e amor, especialmente, neste período de graduação.

Também agradeço à minha irmã Nádia, por ser o meu referencial de irmã e amiga.

Agradeço aos meus colegas do curso de economia da UESB, por nossa união e amizade. Todos ficarão em meu coração para sempre.

De maneira muito especial à minha amiga Dulcy, que desde 2008 esteve presente em minha vida, nos momentos alegres e tristes desta nossa graduação, o meu muito obrigado, por você fazer parte de minha vida. Nossa amizade é para sempre!

Agradeço também em especial às minhas amigas Leiriane e Caruline por suas amizades e muitas risadas nestes anos de graduação.

Agradeço ao meu orientador, Ronan Soares, que além de professor e orientador se tornou um amigo.

Agradeço, ainda, à minha professora de Monografia Andréa Costa por suas valiosas dicas e orientações neste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço também aos meus amigos da AEESP (Associação dos Estudantes de Ensino Superior de Poções), pela companhia em toda nossa jornada diária, ao se deslocar de Poções à Vitória da Conquista, nestes últimos cinco anos.

Agradeço ainda aos meus colegas de trabalho Deraldo e Jefferson, pelo apoio e compreensão, principalmente nesta fase final da minha graduação.

A todos com muito carinho, o meu muito obrigado por fazerem parte da minha vida, são todos vocês um presente que Deus guardou para mim.

RESUMO

Este estudo analisa as atividades do turismo como vetor do desenvolvimento econômico local na cidade de Rio de Contas. É notável que o desenvolvimento das regiões não ocorrem de forma homogênea. Com isso, surgem diversas teorias dedicadas a analisar e compreender a dinâmica econômica das regiões e localidades. Assim, nesta pesquisa é elaborada uma breve revisão bibliográfica sobre a importância de se estudar o desenvolvimento regional/local, partindo da análise da Teoria da Base de Exportação, da Teoria dos Aglomerados e dos Arranjos Produtivos Locais. Em seguida, é feita uma breve caracterização das atividades turísticas no Brasil e na Bahia, demonstrando a importância desta para a população e para o desenvolvimento da economia. E, para finalizar, é realizado um estudo de caso que analisa as atividades turísticas da cidade de Rio de Contas - Bahia. Partindo da hipótese que a cidade de Rio de Contas é composta por um pequeno comércio local e por atividades agropecuárias de pequeno e médio porte, o setor de exportação turística pode ser considerado uma atividade que influencia o desenvolvimento econômico desta localidade. Dessa forma, para responder esta questão foi realizada a aplicação de questionário e entrevistas nos hotéis, pousadas e restaurantes, com a função de analisar as atividades turísticas e seus reflexos na economia de Rio de Contas. De forma superficial, concluiu-se que os serviços turísticos são de grande relevância na composição da base econômica de Rio de Contas. Contudo, o turismo em Rio de Contas não pode ser caracterizado como uma atividade de influência o desenvolvimento econômico e social desta localidade, pois ainda se encontra pouco divulgada e explorada.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais; Desenvolvimento Regional; Turismo em Rio de Contas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupações das Atividades Característica do Turismo (ACTs) em relação ao total das ocupações na economia – Brasil e Regiões em Dezembro de 2008..	37
Tabela2 – Gastos Médios dos Turistas com Hospedagem na Cidade de Rio de Contas no ano de 2012.....	57
Tabela 3 – Receitas Recebidas do Governo Federal da Cidade de Rio de Contas no Ano de 2012	59
Tabela4 – Relação entre os recursos alocados no município de Rio de Contas, através atividades turísticas e através da arrecadação municipal no ano de 2012.....	61
Tabela5 – Número de pessoas empregadas nas atividades relacionadas aos serviços turísticos em Rio de Contas	62
Tabela6 – Número de pessoas empregadas nas atividades agropecuárias na cidade Rio de Contas.....	63

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Quadro dos APLs Brasileiros.....	24
Foto 1 – Igreja de Sant’Ana construída do período escravagista.....	49
Foto 2 – Igreja Matriz, construída do auge do ciclo do ouro.....	49
Foto 3 – Casarões e ruas em pedra bruta da Cidade em Rio de Contas	50
Foto 4 – Rios e queda de água que se encontram na cidade de Rio de Contas	54
Foto 5 – Interior de pousada em Rio de Contas.....	55
Foto 6 – Área de Lazer do um hotel em Rio de Contas	55
Foto 7 – Chalé em Rio de Contas.....	55
Foto 8 – Festa de Corpus Chistes em Rio de Contas.....	56
Mapa 1 - Mapa dos Arranjos Produtivos Brasileiros por Macrorregião	27
Mapa 2 - Principais Zonas Turísticas da Bahia	45
Gráfico 1 – Desembarques Domésticos Brasileiros: comparativo entre os anos de 2011 e 2012: acumulado de janeiro a novembro	38
Gráfico 2 – Comparação entre receitas turísticas e receitas públicas alocadas na economia da cidade de Rio de Contas no ano de 2012.....	60
Gráfico 3 – Fonte de compras dos insumos da rede hoteleira de Rio de Contas	67

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACT - Atividades Característica do Turismo
APL - Arranjo Produtivo Local
APMRC – Arquivo Público Municipal de Rio de Contas
CNC - Confederação Nacional do Comércio
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FPM - Fundo de Participação dos Municípios
GTP APL - Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
IPHC - Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural
MDIC - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MTur - Ministério do Turismo
OMT - Organização Mundial do Turismo
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PMRC – Prefeitura Municipal de Rio de Contas
PNT - Plano Nacional de Turismo
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SETUR - Secretaria do Turismo do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL/LOCAL.....	12
1.1. O que se entende por Desenvolvimento Regional/Local	12
1.2. A Teoria da Base de Exportação ou Teoria da Base Econômica	14
1.3. Teoria dos Aglomerados e APLs.....	18
CAPÍTULO 2 ECONOMIA DO TURISMO NO BRASIL E NA BAHIA.....	31
2.1. O que pode ser entendido por Economia do Turismo	31
2.2. Turismo no Brasil e sua importância para a economia	35
2.3. Turismo na Bahia e sua importância para a economia.....	41
CAPÍTULO 3 ESTUDO DO TURISMO EM RIO DE CONTAS.....	47
3.1. História da Cidade de Rio de Contas.....	47
3.2. Procedimentos Metodológicos da Pesquisa	51
3.3. Turismo e sua dinâmica na cidade de Rio de Contas.....	53
<i>3.3.1 Avaliação dos impactos econômicos das atividades turísticas de hospedagem e alimentação no município de Rio de Contas.....</i>	<i>57</i>
3.4. APLs e Turismo em Rio de Contas.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE	74

INTRODUÇÃO

As teorias do desenvolvimento regional passaram por um período de estudos relevantes, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial. Contudo, as análises anteriores a este período, como a Teoria dos Aglomerados e a Teoria da Base de Exportação, buscavam analisar e compreender o desenvolvimento regional baseado na dinâmica interna e nas vantagens competitivas de cada localidade, servindo de base para os novos estudos que vieram posteriormente.

É possível observar que o desenvolvimento e a estrutura econômica das regiões são heterogêneos. Portanto, partindo da análise destas dinâmicas diversificadas, surgem diversas teorias com a finalidade de compreender o comportamento e buscar aperfeiçoar as estruturas básicas destas economias, como por exemplo, a Teoria dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Arranjos Produtivos Locais, são um tipo de aglomeração produtiva, caracterizados de maneira sucinta por um ambiente produtivo com incidência de trocas de conhecimento não comerciais, relacionamento pessoal entre empresas e entre mão-de-obra especializada, além de investimentos em inovações (SANTOS, 2007).

Um arranjo produtivo local pode ser formado por vários setores da economia, inclusive pelas atividades do turismo. O turismo pode compor a base econômica de uma localidade e ele pode ser analisado sobre duas óticas, de geração de emprego e renda, e sobre as possibilidades de desenvolvimento econômico. Assim, surgiu à necessidade de entender as estruturas das atividades ligadas ao turismo, como fonte de melhoria da economia que, consequentemente, refletem nos índices de bem-estar da população.

Isto posto, as atividades turísticas são caracterizadas como um tipo de serviço para a teoria econômica estudadas pelos seguimentos da economia do turismo e pelas teorias do desenvolvimento regional.

No Brasil, os serviços de turismo vêm se desenvolvendo em grande escala, principalmente, nas últimas décadas, proporcionando assim, aperfeiçoamentos da dinâmica econômica, baseada nas potencialidades locais a serem exploradas e ampliadas através destes serviços.

Para exemplificar a importância das atividades características do turismo (ACTs) para a população e economia brasileiras, no ano de 2008 estas atividades corresponderam, de acordo com dados do IPEA (2010), a aproximadamente 2.036.644 de pessoas empregadas neste setor. Ao se comparar com o total de empregos da economia, que foi de 82.198.724, as

ACTs correspondem a aproximadamente 2,48%. Destacando as regiões Norte e Nordeste como as primeiras no ranking nacional, sendo as regiões que possuem o maior número de pessoas ocupadas, de maneira formal ou informal, nos diversos setores denominados de ACTs.

A Bahia, Estado localizado no nordeste brasileiro, faz parte das rotas turísticas, tanto do turismo nacional, quanto internacional. A Chapada Diamantina localizada neste Estado é apresentada como um ponto em potencial para o desenvolvimento desta atividade, na qual situa a cidade de Rio de Contas, escolhida para este estudo.

Esta cidade foi fundada no século XVII, construída especificamente sobre as bases do ciclo do ouro e período escravagista, possuindo em sua história e riquezas naturais típica da caatinga (montanhas, rios, grutas, cachoeiras e trilhas), um relevante potencial para o desenvolvimento das atividades turísticas (APMRC, 1997).

Assim, é possível destacar a problemática que norteia esta pesquisa, devido a cidade de Rio de Contas ser composta por um pequeno comércio local e por atividades agropecuárias de pequeno e médio portes, seria possível considerar o setor de exportação do turismo como uma atividade que influencia o desenvolvimento local.

Desta forma, esta pesquisa se justifica pela necessidade de preencher a lacuna existente sobre estudos que analisem as atividades turísticas desta cidade. Além do fato da autora da pesquisa ser natural desta localidade, possuindo interesse em analisar a dinâmica destas atividades e seu reflexo na economia local.

Com isto, de forma hipotética, é possível observar que nessa cidade, por ser uma pequena localidade do interior baiano, suas atividades turísticas trazem um leque de oportunidades para a melhoria da qualidade e do bem-estar da população local, proveniente dos recursos que são alocados nesta economia, oriundos das exportações dos serviços do turismo.

Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as atividades do turismo desenvolvidas nesta cidade e seus reflexos na economia local. Além disso tem como objetivos específicos: O setor de turismo de Rio de Contas pode ser considerado uma atividade base para esta economia? E estas atividades possuem características de um arranjo produtivo local?

Para responder estas questões, a presente pesquisa se divide, além desta introdução, em três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo é feita uma explanação bibliográfica sobre a importância de se estudar o desenvolvimento regional/local. Em seguida, são apresentados os conceitos da Teoria da Base de Exportação, a Teoria dos Aglomerados e dos Arranjos Produtivos Locais.

A Teoria da Base de Exportação, estudada por Douglass C. North, identifica as exportações das regiões como um dos principais itens na composição da base econômica, sendo um ponto indispensável para se alcançar o desenvolvimento econômico regional/local.

Uma segunda corrente teórica a ser estudada é a Teoria dos Aglomerados, baseada nas vantagens competitivas de cada localidade e da aglomeração de empresas em um determinado espaço físico em que se verifica estes dois fatores como os principais responsáveis pelo desenvolvimento regional/local.

E, por fim, ainda no primeiro capítulo, é apresentada uma análise mais recente, que busca compreender as aglomerações produtivas e as formas como estas interagem com o ambiente econômico e social, denominados de APLs.

Já no segundo capítulo é apresentado o conceito de economia do turismo. Em seguida faz-se uma breve caracterização da importância das atividades ligadas ao turismo na composição da base econômica do Brasil e da Bahia.

A economia do turismo, para Moura (2007), pode ser considerada um dos seguimentos que mais crescem nos países desenvolvidos e nos países considerados em desenvolvimento, os quais possuem algum potencial para o desenvolvimento deste serviço, refletindo diretamente no nível de renda, aumentando o fluxo de capital e o bem-estar da população e da economia.

No terceiro e último capítulo foi reservado para o estudo de caso, que foi a metodologia escolhida para se desenvolver esta pesquisa. Primeiramente, é apresentada, de forma breve, a história desta cidade, em seguida, através do estudo da estrutura hoteleira, de refeições e período de estadia dos visitantes, baseada em aplicações de questionários e entrevistas, se analisa as atividades turísticas e seus reflexos na economia de Rio de Contas. E, posteriormente, verifica se os empreendimentos turísticos (hotéis, pousadas e restaurantes) desta cidade possuem características de um APL.

Por último, são apresentadas as considerações finais da presente pesquisa, na qual foi possível observar, de modo geral, que o setor turístico de Rio de Contas é um importante instrumento na composição da base econômica deste município.

CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL/LOCAL

Este capítulo discorre sobre o desenvolvimento regional, apresentando a Teoria da Base de Exportação, a Teoria dos Aglomerados e a Teoria dos Arranjos Produtivos Locais, além de traçar algumas considerações com o intuito de demonstrar a importância da dinâmica produtiva regional/local para o crescimento e desenvolvimento econômico.

1.1 O que se entende por Desenvolvimento Regional/Local

Os fenômenos do desenvolvimento e das riquezas das nações começaram a ser analisados de forma mais dinâmica a partir do advento do sistema capitalista, mais especificamente após a Revolução Industrial do século XVIII.

De forma ampla, desenvolvimento econômico na visão de Fonseca (2006) consiste, fundamentalmente, em um processo de acumulação de recursos econômicos, tanto individuais quanto de infraestrutura social, resultado do crescimento do produto nacional e das remunerações. Assim, o fenômeno do desenvolvimento não se limita apenas ao campo da economia, como também se encontra no centro do processo.

Souza (2009), destaca que a preocupação com o desenvolvimento econômico é algo recente, desenvolvido juntamente com o advento do sistema capitalista. Nos sistemas de produção anteriores, os únicos objetivos dos detentores do poder eram apenas em aumentar a riqueza e o poderio militar, raramente demonstrava-se algum interesse com epidemias, surtos de fome, falta de higiene, saúde ou níveis altos de mortalidade.

O acúmulo dos meios de produção, nas suas mais variadas formas, que resulta em aumento da riqueza é considerado um dos principais motivos do desenvolvimento econômico. Entretanto, o progresso econômico deve ser acompanhado pelo progresso social, através de melhorias dos meios de transportes, comunicação, saneamento, educação, saúde, ou seja, ampliar as relações marcadas por harmonia e justiça, para o bem-estar da população como um todo (FONSECA, 2006).

Contextualizando, de forma superficial, o conceito de desenvolvimento específico de certas regiões para a economia, pode-se verificar que este a borda: nível de renda, capacidade de consumo, nível de bem-estar e capacidade de produção. Em síntese, todos os fatores que envolvem as diretrizes econômicas e sociais de um determinado local.

A partir disso, observa-se que o desenvolvimento econômico das regiões, dos Estados ou mesmo dos países não ocorrem de maneiras idênticas ou no mesmo nível.

Assim, surge a importância de estudar a dinâmica das economias para tentar entender o seu funcionamento de maneira ampla, respeitando suas individualidades (LIMA. SIMÕES, 2009).

Seguindo esta mesma análise Souza (2009), demonstra que o estudo do desenvolvimento regional é um trabalho empírico, fundamentado no objetivo de verificar a realidade de cada localidade, equiparando-as com outras regiões, tanto nacional quanto internacional, na tentativa de entender as disparidades dos níveis de crescimento e desenvolvimento destas localidades.

Portanto, os estudos da dinâmica econômica das localidades são de fundamental importância, para se entender e buscar ações que venham atreladas com melhorias nos indicadores sociais, refletindo nos índices nacionais. De forma sucinta, Lima e Simões demonstram esta importância e a complexidade de se pesquisar o comportamento econômico das regiões:

[...] a dinâmica econômica regional torna-se objeto de estudo bastante complexo, dada as inter-relações existentes dentro e entre diferentes localidades e sua importância para a coesão da economia nacional (LIMA. SIMÕES, 2009, p.6).

Os estudos específicos sobre a composição da base econômica das regiões ou das localidades são relativamente recentes, principalmente, no pós Segunda Guerra Mundial, contudo, não se pode negar as manifestações anteriores a este período. Percebe-se, entretanto, que somente no pós-guerra foi que surgiram os primeiros programas de ensino e investigação, relacionados aos estudos da dinâmica das localidades, levando ao desenvolvimento da economia regional. (LOPES, 2001).

De acordo com Lopes (2001), no primeiro momento os estudos sobre desenvolvimento regional, sistematicamente, foram marcados por preocupações apenas com o crescimento, conhecido como progresso econômico. Assim, de início, as preocupações dos estudos sobre o progresso econômico se baseavam no melhor aproveitamento dos recursos naturais, responsáveis por ampliar a velocidade do crescimento regional.

O desenvolvimento regional/local é considerado por Lopes (2001) como o fio condutor para a ascensão da economia. A formulação de políticas e planos econômicos, levando em conta as diversidades e as particularidades de cada espaço, é considerada por este autor como uma das razões que eleva o interesse pelos estudos sobre desenvolvimento econômico das localidades.

Ainda de acordo com Lopes (2001), o desenvolvimento regional apresenta duas vertentes, em seus estudos mais recentes: a primeira tem a função de fazer com que as regiões

estejam cada vez menos isoladas e a segunda é o caráter pluri-disciplinar na análise da dinâmica das localidades, ilustrado nesta passagem de seu trabalho:

Quer do ponto de vista prático quer em relação à formulação teórica, pode dizer-se que o desenvolvimento regional vem se caracterizando nas últimas décadas por uma evolução que denominam dois tipos de tendências: uma primeira – e básica – que leva a que as regiões sejam vistas cada vez menos isoladamente e, cada vez mais, no sistema de regiões a que pertencem; a segunda [...] não encontra divorciada da primeira, tem levado a avançar decididamente na abordagem pluri-disciplinar dos problemas em estudo tomando os fatores de ordem econômica apenas como alguns dos fatores a considerar. (LOPES, 2001, p.9).

Logo, é inegável a importância dos estudos da dinâmica das regiões para o desenvolvimento econômico e social. Santos (2007) reforça que, devido ao fato de algumas regiões apresentarem nível de desenvolvimento econômico maiores que outras, os estudos das individualidades de cada região tornaram-se o principal motivo para as pesquisas acadêmicas.

Portanto, após esta breve análise sobre a importância de se discutir os estudos da dinâmica que levam ao desenvolvimento econômico das regiões, ficam evidentes nas ideias dos autores ora citados, a intenção de demonstrar a importância de se entender e buscar ações, públicas ou privadas, que aperfeiçoem e ampliem a estrutura econômica das localidades, refletindo no bem-estar econômico e social.

Nota-se, também, o caráter recente das teorias ou estudos que buscam entender de forma específica a estrutura econômica e produtiva das regiões. Com isto, dentre os primeiros estudos que analisam o desenvolvimento regional, na teoria e na prática, é possível destacar a Teoria da Base de Exportação, que será discutida na próxima sessão.

1.2 A Teoria da Base de Exportação ou Teoria da Base Econômica

As cidades ou regiões são caracterizadas por possuírem um ambiente econômico aberto e sujeitos a interferências dos mercados externos. Assim, as teorias do desenvolvimento regional têm a função de analisar as relações destas regiões com o ambiente externo como, também, sua capacidade de exportar bens primários, secundários ou terciários, pois estas atividades trazem externalidades positivas para as localidades.

A Teoria da Base de Exportação é uma evolução do conceito da Base Econômica¹, desenvolvida em primeira instância por Douglass C. North na década de 50, ao se comparar o desenvolvimento das regiões com suas exportações. Os estudos precursores de North, sobre a

¹ Base Econômica: conceito baseado nos trabalhos de geógrafos e planejadores que se preocupavam com projeções e planejamento das localidades.

base de exportação foram elaborados com base na dinâmica da economia dos Estados Unidos, em que sua base econômica foi estruturada na produção e exportação de três produtos primários, o trigo, a farinha e a mandioca (LIMA. SIMÕES, 2009).

Desta forma, a análise de North (1997) é baseada na crítica aos primeiros estudos sobre desenvolvimento regional. Estes estudos apresentavam que para uma região crescer e desenvolver era necessário passar pelas seguintes etapas:

1 - A primeira seria uma etapa de subsistência, na qual existe pouco investimento ou comércio, em que a base principal seria a autossuficiência agrícola com localização próxima às fontes de distribuição dos recursos naturais;

2 - A segunda surgiria devido à melhoria no sistema de transportes, desenvolvimento de algum tipo de comércio e da especialização local. Neste estágio surge uma nova camada básica da população, que seria a classe responsável por desenvolver uma modesta e pequena produção industrial;

3 - No terceiro estágio do desenvolvimento ocorre o comércio interregional, que resultado da especialização e diversificação da produção agrícola, assim, a região começa a exportar;

4 - No quarto estágio de industrialização seria baseado, na manufatura e mineração, se caracteriza pelo crescimento da população local, da industrialização da agricultura e do surgimento das primeiras indústrias extrativistas, tudo ligado a exportação. Nesta etapa surge também a infraestrutura energética, vital para o funcionamento das indústrias.

5 - A quinta e última etapa, é atingida o estágio final do desenvolvimento regional. Neste estágio a região ou localidade se especializa em atividades terciárias para exportação, sendo estas destinadas as regiões menos desenvolvidas.

Após realizar uma análise sobre estes estágios, North (1997) descreve a discrepância entre a evolução econômica dos Estados Unidos com a teoria dos estágios para o crescimento regional, que até este momento era razoavelmente aceita. Esta sequência de acontecimentos não pode ser comprovada na prática de forma completa no processo de desenvolvimento econômico das localidades, entretanto, uma parte que merece destaque é o papel das exportações, como peça-chave do desenvolvimento regional.

Seguindo esta mesma dinâmica, demonstrada por North a respeito das exportações, Tomazzoni (2009) acredita que a dinâmica de uma economia regional, que é um sistema aberto, quando apresentando uma bem estruturada base econômica composta por exportação, supre a demanda e as carências de diversas regiões da nação ou mesmo do exterior.

As exportações, de acordo com Lima e Simões (2009), possuem um papel fundamental na composição da base econômica de uma determinada região. As dinâmicas econômicas provenientes das exportações elevam os níveis de renda absoluta e per capita, além de serem as responsáveis por gerir a quantidade e qualidade das atividades locais tanto das indústrias, quanto dos serviços - setores secundários e terciários - além de poder determinar os padrões de urbanização, as atividades sociais e políticas, ou seja, toda a estrutura social e econômica de uma localidade exportadora.

Ao se falar da composição da base econômica de uma determinada região, a parte dos produtos que são exportados, esta pode ser considerada como a mais importante e indispensável. Contudo, além dos bens exportados outras atividades também compõem a base econômica, como pode ser ilustrado de forma clara por Souza:

[...], a base econômica de uma região engloba as exportações regionais, os gastos do governo federal da área, os afluxos líquidos de capitais e quaisquer outras rendas que provoquem efeitos multiplicadores sobre as atividades do mercado interno. As exportações regionais constituem a parte mais significativa da base econômica e exercem maiores impactos na economia local (SOUZA, 2009, p. 84).

Reforçando esta análise, nos estudos realizados por Tiebout (1977), este apresenta que não são apenas as exportações que compõe a base econômica e a renda de uma determinada localidade, como apresentou North. Investimento em infra-estrutura, serviços de apoio as atividades locais, aumentam a competitividade e são consideradas as verdadeiras vantagens para o crescimento regional. Como pode ser observado no trecho a seguir:

Não há razão para se supor que as exportações sejam a única ou mesmo a variável autônoma mais importante, de determinação da renda regional. Outros itens, tais como investimentos comerciais, despesas governamentais, e o volume de construções residenciais podem ser tão autônomos como as exportações, com respeito à renda regional (TIEBOUT, 1977, p. 317).

Polése (1998) em seus estudos complementares aos estudos de North e de Tiebout define, que quanto mais diversificada e integrada for à economia de uma região, maior será o seu multiplicador econômico. Assim, os agentes econômicos têm maior interesse para gastar o seu dinheiro na região onde for mais facilmente encontrados os bens e serviços de que precisam.

Ainda de acordo a Polése, não são apenas as exportações de bens matérias que compõem a base econômica de uma localidade. Bens imateriais também exercem este mesmo papel, como este observou: “Um restaurante que atrai clientes do exterior é uma empresa exportadora, tal como o hotel ou o museu que vivem dos visitantes de outras regiões [...] (POLÉSE 1998, p. 141)”.

Assim, os fundamentos que regem a teoria da base exportadora, como expressa Souza (2009), surgem do fato que uma região não pode consumir nem 10% do que produz internamente, e nem é capaz de produzir tudo que precisa, em seu mercado interno. Assim, surge à produção em larga escala para ser exportada, e com a renda obtida com estas exportações, importam-se bens e serviços não produzidos no mercado interno, exercendo assim o chamado efeito multiplicador sobre a renda e a economia.

Como North (1977) ressaltou que o desenvolvimento de uma região ou localidade provém especificamente da capacidade de se desenvolver internamente um produto ou serviço, para ser exportado. Além de descrever que a base de exportação tem um papel decisivo na determinação do nível de renda absoluto e per capita de uma região.

Estes níveis de renda dependeriam diretamente do sucesso das atividades básicas, que permitiriam o crescimento também das atividades não-básicas, como Souza expressa seguindo a visão de North:

O setor básico é a chave para o desenvolvimento, uma vez que é o setor de exportação e é aquele que prospera graças aos recursos obtidos ou extraídos no exterior da localidade. Os setores não-básicos são aqueles que crescem a partir dos gastos das famílias residentes e que dão suporte às atividades básicas, ou seja, seu crescimento é induzido pelo crescimento do setor básico (SOUZA, 2009, p.8).

Assim sendo, a importância das análises da base de exportação para o desenvolvimento da economia de uma localidade pode ser baseadas no efeito multiplicador, proveniente da expansão dos setores básicos e não-básicos.

Os efeitos multiplicadores provêm do aumento do efeito renda e dos efeitos de encadeamento, tanto para trás quanto para frente ocorrido no processo de produção. Estes efeitos conseqüentemente criam demanda por serviços, comunicação e financiamento, Souza (2005 apud SANTOS, 2007).

Lima e Simões (2009), definem dois conceitos de efeito multiplicador, um proveniente das exportações, outro das importações:

O efeito multiplicador das exportações [...]: a especialização da produção interna de determinados bens e serviços de consumo local permite que os mesmos passem a ser exportados, (quanto maior a especialização, mais facilmente o bem se torna exportável), o que gera renda, estimula o emprego local e viabiliza o aumento das importações. [...] O efeito multiplicador das importações [...]: à medida que as cidades crescem e apreendem o modo de produção de determinados produtos, elas substituem importações, desde que economicamente viáveis, com novo trabalho local, estimulando o emprego; há então uma sobra de recursos que é utilizada para importar novos bens, ou seja, há variação na pauta sem redução do volume de importações. (LIMA; SIMÕES, 2009, p. 23-24, grifo do autor).

O efeito multiplicador será mais significativo quanto maior for a diversidade e integração da economia local. Este fato só será possível se ocorrer o processo de endogenização da economia, isto é, quanto maior for o tempo de permanência dos recursos obtidos com as exportações circulando no mercado interno, no consumo de serviços e produção dos setores não-básicos, evitando-se a “fuga” ou “vazamento” de dinheiro ou recursos de uma região para outra (SANTOS, 2007).

Após verificar as análises destes autores, foi possível observar que a base econômica de uma localidade pode ser composta por serviços e produtos físicos exportados de uma região para outra.

Contudo, para que a estrutura exportadora seja vinculada ao desenvolvimento interno, é necessário que esta influencie e dê suporte para melhorar o nível das atividades básicas como, saúde, educação, sistema de transportes, ou seja, que exista realmente o desenvolvimento e crescimento de uma localidade ou região como um todo.

Com isto, pode ser observado que os sistemas de aglomera dos influenciam no bom desempenho de atividades que compõe a base econômica de uma determinada região, internalizando o consumo, pois esta estrutura produtiva tem a capacidade de evitar as fugas de capitais, ou seja, cria-se uma dinâmica econômica endógena. Com isto, as aglomerações produtivas serão o tema estudando no tópico a seguir.

1.3 Teoria dos Aglomerados e APLs

A importância da dinâmica regional/ local da economia passou a sofrer estudos mais relevantes nas últimas décadas. Entretanto, não se pode deixar de destacar as análises precursoras as quais verificaram as aglomerações, como estas se formavam e se comportavam, servindo de para os estudos recentes.

Neste processo de introdução ao conceito de aglomeração produtiva na teoria econômica, o pioneiro foi Alfred Marshall. De acordo com Marshall (1982), desde o início das civilizações a produção de alguns artigos (vestuários, adornos pessoais, utensílios de metais, etc.) mais delicados e custosos eram característicos de determinadas localidades, denominadas para este autor como “indústrias localizadas”.

De acordo com Marshall(1982), são diversas as causas que levam a concentração localizada das indústrias como: condições físicas, acesso a patrocínios ou investimentos, facilidade de transporte (terra ou mar), facilidade de acesso a mão-de-obra especializada, proximidade ao mercado consumidor. Em suma, os fatores físicos e estruturais que facilitem

um agrupamento industrial realizar ganho de produtividade e conquistar novos mercados consumidores.

Analisando a dinâmica dos distritos industriais da Inglaterra, Marshall(1982) observou que o aumento da produtividade podem ser dividido em dois grupos, denominados de “economias externas” e “economias internas”.Santos(2007) caracteriza, segundo a visão Marshalliana, economia externa como os fatores relacionados ao desenvolvimento geral da indústria, e a passo que a economia interna refere-se aos ganhos que dependem da eficiência, da organização e dos recursos da própria empresa.

Ainda de acordo com Santos (2007), a ideia central de Marshall gira em torno de que as aglomerações se formam conforme a necessidade de redução dos custos e maximização dos lucros. Além destes dois fatores, vem atrelada também a característica da localização geográfica. Estas devem se fixar próxima a fonte de matérias-primas e de uma demanda local exigente, ou seja, que as condições físicas proporcionem o sucesso das aglomerações produtivas.

Ao observar os estudos de Marshall (1982), é notável que esta relação de proximidade entre empresas, cria um nível de dependência entre as ocupantes de um mesmo espaço geográfico. Esta dependência faz surgir uma dinâmica própria, que auxilia na troca de informações e conhecimento, na redução de custo de transporte ou mesmo no aumento do poder de barganha e acesso a máquinas e equipamentos.

Continuando a discorrer sobre aglomerados, seria falho não apresentar a visão de Michael E. Porter. Este destaca a importância das aglomerações industriais ou *clusters* para que as indústrias de um país se desenvolvam, inovando e melhorando a sua competitividade. Este fato se sustenta de acordo a dinâmica particular de cada localidade, como Porter (1999, p.167) ilustra: “[...] A vantagem competitiva é gerada e sustentada através de um processo altamente localizado”.

Devido ao processo de globalização e avanços dos sistemas de comunicações e informática que a sociedade vivenciou e vive nas últimas décadas as discussões sobre aglomerações que tornaram-se, em alguns momentos da história econômica, de pouca relevância para que empresas se desenvolvam e expandam em qualquer local do continente. (SOUZA, 2009).

Entretanto, Porter (1999) defende que os aglomerados proporcionam na economia, seja local, regional ou nacional, maiores vantagens na natureza da competitividade, em vez destas empresas, setores ou indústrias se estruturarem localizadas de forma isolada no espaço físico e econômico.

Logo, para melhor ilustrar o conceito de aglomerados econômicos, Porter (1999, p.211) destaca que: “Um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área por elementos comuns e complementares”.

Portanto, é possível observar que nas visões de Marshall e Porter uma aglomeração ou um *cluster* mais o meio circundante do ambiente em que este se instala, compostos pelas empresas, fornecedores e clientes, apresentam um papel vital para que exista o sucesso competitivo em uma determinada concentração geográfica economicamente ativa.

Com isto, ainda de acordo com Porter (1999), para uma empresa construir e manter as vantagens competitivas é necessário criar no ambiente doméstico uma estratégia que possibilite desenvolver produtos essenciais e inovações para se manter ativa no mercado globalizado. Assim, a competição local gerada pelos aglomerados influencia as empresas a se especializarem e se superarem.

Com o surgimento de aglomerações ou *cluster*, o papel do governo também se altera, devido ao fato das políticas influenciarem decisivamente o processo de aumento da competição local. Porter (1999) acredita que os aglomerados podem ser considerados uma força motriz na atração de recursos públicos, privados ou mesmo externo e conseqüentemente aumentava-se as exportações melhorando os indicadores econômicos locais.

Porter (1999) enumera também que, os aglomerados variam de acordo com o tamanho, devido a sua amplitude ou sofisticação e de acordo com sua estratégia de desenvolvimento econômico. Ainda segundo este autor, estes aglomerados incluem geralmente empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumo ou equipamentos, instituições financeiras ou ainda empresas de setores correlatos.

O fato comum a estas concentrações, segundo Porter (1999), é que proporcionam vantagens competitivas devido ao aumento da produtividade, aumento da capacidade de inovação e estímulos à formação de novos negócios e empresas.

Assim, é notável que as aglomerações de empresas e setores correlatos auxiliem no surgimento de um ambiente com uma concorrência positiva, pois influencia os participantes desta estrutura buscar melhorar sua capacidade de produção e estrutura física e gerencial, beneficiando indiretamente toda a economia local.

Porter (1999) demonstra também em suas análises que a formação de aglomerados em países de economias periféricas e em desenvolvimento seria algo mais complexo e difícil, devido ao fato que as estruturas governamentais e sociais não apresentam estruturas

implementadoras e de suporte para auxiliar o desenvolvimento destas aglomerações produtivas.

Santos ilustra de forma sucinta e clara esta visão de Porter sobre a formação de aglomerações produtivas nos países considerados em desenvolvimento ou periféricos: “[...] a formação de cluster em países em desenvolvimento é inibida pelo baixo nível de educação e de qualificação do pessoal local, pelas deficiências tecnológicas e pelo subdesenvolvimento das instituições” (SANTOS, 2007, p.43).

Outro fator que merece destaque na visão de Porter é que em seus estudos sobre os aglomerados, este deixa implícito que o ambiente físico por si só é capaz de fazer as empresas expandirem e se sustentarem. Contudo, na prática é necessário todo um aparato que envolve a estrutura física, gerencial, suporte público e privado para que seja possível que os aglomerados se desenvolvam. Não é apenas fixar a empresa em um determinado local que possua vantagens competitivas naturais, para que estas prosperem.

Em uma visão mais adequada e recente, para entender e caracterizar as aglomerações produtivas brasileiras, que é um país considerado de economia em desenvolvimento, foi elaborado a teoria dos Arranjos Produtivos Locais (APLs).

A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist)² identifica seu principal foco de pesquisa os arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, define assim estas estruturas:

Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (REDESIST, 2013).

Este conceito de Arranjos Produtivos Locais foi desenvolvido tendo com base os casos bem sucedidos das empresas as quais se localizam nos distritos industriais italianos e no Vale do Silício na Califórnia. Portanto, os APLs referem-se a um novo conceito que foi elaborado para tentar explicar tipos determinados e específicos de concentrações de empresas (SANTOS. DINIZ. BARBOSA, 2004).

Um APL também é caracterizado por se situar em uma localidade que proporcione vantagens competitivas locais. Sendo as empresas do mesmo ramo de produção ou de ramos diferentes, o ambiente deve proporcionar a troca de conhecimento tácito e um ambiente de

²Redesist é uma rede de pesquisa interdisciplinar, formalizada desde 1997, sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

cooperação não-comercial entre pessoas e empresas, influenciando assim de forma positiva o desenvolvimento destas aglomerações. (SANTOS, 2007).

Santos (2007) enumera três características as quais podem ser identificadas em um arranjo produtivo local:

- a) Concentração espacial de produção de bem ou serviços exportáveis para outras regiões ou localidades, atividade base;
- b) Aglomeração onde a localidade é uma fonte de vantagem competitiva muito importante para as empresas ou subunidades de empresas aí localizadas;
- c) As empresas que fazem parte de tal Aglomeração devem ser concorrentes entre si e também ter certa colaboração entre elas (SANTOS, 2007, p.54).

A vantagem mais importante de uma aglomeração é quando estas se encontram em um estágio bem estruturado, possuem a capacidade de atrair investimentos para o mercado interno e possibilita que o capital permaneça circulando um período de tempo maior na economia local.

Este fato é possível, ainda de acordo Santos (2007), porque as empresas inseridas nestas aglomerações, à medida que exportam, reforçam a estrutura econômica local, pois se eleva a renda, atraem pessoas e induzem investimentos públicos em infraestrutura. Criando assim uma “eficiência coletiva” como denomina Schmitz (1997 apud SANTOS, 2007), que o território não pode ser visto como local de alocação de recursos, mas como local de criação de recursos.

Outro fator evidente na formação de um arranjo produtivo local na visão de Santos (2007) é que a sua fixação em um determinado local não é algo casual ou que pode ser alterado de um local para outro. É um fato específico, é que este não pode ser alterado devido a subsídios governamentais, menores custo de mão-de-obra ou insumos, ou qualquer outro benefício econômico.

De acordo com a Redesist (2013), o Termo de Referência para Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais elaborados pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) demonstra que uma APL deve apresentar as seguintes características primordiais: ser composta de um número significativo de empreendimentos em um determinado território e de indivíduos que trabalhem com uma atividade produtiva predominante, em seguida exercer atividades de cooperação e dispor de mecanismos de governança.

Já na visão de Tomazzoni (2009), o enraizamento da capacidade de inovação ser atrelado a instituições de Pesquisa e Desenvolvimento é uma das características indispensáveis de um APL. Ainda segundo este mesmo autor, os arranjos produtivos locais se

estruturam de acordo com a relevância econômica da região; de acordo com a capacidade de crescimento endógeno; absorção de mão-de-obra e possibilidades de exportações.

Ao se falar da cooperação, ainda de acordo com Tomazzoni(2009), este identifica que nas estruturas de APL, *cluster* ou aglomerações há uma dificuldade em realizar o intercâmbio de informações entres as empresas e instituições, as quais fazem parte deste sistema. Assim, é possível notar que esta dificuldade é decorrente da rivalidade que o sistema capitalista competitivo proporciona no ambiente produtivo e econômico.

Já para Santos, Diniz e Barbosa (2004), um APL deve apresentar cinco características que são: concentração espacial de bens e serviços; a localização é uma fonte de vantagem competitiva; estas vantagens são de origem local e autônoma; estas vantagens possuem efeitos específicos e importantes para o setor produtivo e, por fim, estas vantagens devem territorializar à dinâmica econômica, ou seja, ser relacionadas com o crescimento dos arranjos produtivos locais e do ambiente social.

Santos, Diniz e Barbosa enfatizam também que as definições originais dos arranjos produtivos locais apresentavam uma visão um tanto ideológica, talvez devido ao fato de ter sido originária de casos bastantes particulares. Estas definições originais de APL continham as seguintes características:

[...] presença de fornecedores especializados, universidades, associações de classes e instituições governamentais pró-ativas no local, centros tecnológicos, centros de treinamento de mão-de-obra, ou instituições que façam coleta e difusão de informações, apoio técnico, etc, ou ainda elevado grau de cooperação, confiança ou inovativida de no local. (SANTOS. DINIZ. BARBOSA, 2004, p.23).

Discorrendo sobre APLs no Brasil, passou-se a utilizar este termo a partir do final da década de 90, o qual apresentou uma aceitação por parte das instâncias governamentais. Os APLs foram formalizadas no Plano Plurianual desde 2000, no Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação do ano de 2007 a 2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008 ao ano de 2013, exercendo assim um papel de destaque nas políticas de incentivo governamentais principalmente a micro e pequenas empresas (REDESIST, 2013).

Santos, Diniz e Barbosa enfatizam que os governos possuem o poder de promover e viabilizar o surgimento de APLs. Entretanto, as formas de apoio prático das políticas públicas devem estar atreladas aos interesses das lideranças institucionais e dos empresários que compõem um APL. Algumas destas ações são demonstradas a seguir:

- a) Financiamento de entidades cooperativas para que consigam obter ganhos de escala para os empresários, fornecer serviços especializados e servir de *locus* da acumulação de capital, tecnológico e de ação cooperada;
- b) Financiamento de centros tecnológicos para o desenvolvimento de

conhecimento e inovação; c) Regulamentação e estruturação das condições que permitam o desenvolvimento da imagem regional como forma de *marketing*; d) Fornecimento de serviços de infra-estrutura (SANTOS, DINIZ, BARBOSA, 2004, p.47).

Ainda de acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004), estes destacam que as ações e políticas públicas podem revolucionar o sistema de arranjos produtivos locais, promovendo o desenvolvimento regional e setorial, auxiliando no desenvolvimento e crescimento da economia brasileira.

Com isso, a REDESIST destaca que no Brasil os APLs mapeados e reconhecidos por esta instituição e que estão aptos ou possuem acesso de políticas destinadas às estruturas com algumas características de *clusters* ou arranjos, podem ser ilustrados na Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Quadro dos APLs Brasileiros

Estado	APL	Local	Parceira
Acre	APL de Ind. Florestais	Xapuí	UHAC
Amazonas	APL de Floricultura	Manaus	UFAM
Pará	APL de Fruticultura	NE do Pará	UFPA
	APL O Ciro de Nazaré	Belém	UFPA
Maranhão	APL Turístico	São Luiz	UFMA
Ceará	APL Pingo D'água	Quixeramobim	UFCE
	APL Ovinocaprinocultura	Diversas Regiões do Ceará	UFCE
	APL Turismo Religioso	Juazeiro do Norte	UFCE
Paraíba	Arranjo Coreiro Calçadista	Campina Grande	IE – UFRJ
	APL de Confecção	Campina Grande	UFPB
	APL O Maior São João do Mundo	Campina Grande	UFPB
Rio G. do Norte	APL Têxtil e Confecção	Natal	UFRN
	APL de Bordados	Caicó	UFRN
Piauí	APL de Apicultura	Diversas Regiões do Piauí	UFPI
Paraná	APL – O Caso da Soja	Paraná	UFPR
	Sistemas Regionais de Inovação	Paraná	UFPR
Bahia	APL de Cacau	Sul da Bahia	MCT
	APLs de Confecções e o de TI	Itapagipee Feira de Santana	UFBA
	APL de Petróleo e Gás	Recôncavo Baiano	REDESIST
Sergipe	APL de Confecção	Tobias Barretos	UFSE
Goiás	APL de Confecção	Jaraguá	UCG
	APL de Turismo	Petrópolis	UCG
Mato G. do Sul	APL de Mandioca	Sul do Mato Grosso do Sul	UCDB
	APL de Turismo	Bonito / S. da Bodoquena	UCDB

(Continuação)

Estado	APL	Local	Parceira
Minas Gerais	APL Automotiva da Rede Fiat	Betim/BH	Cedeplar/ Ufmg
	RL de Inovação: Biotecnologia	Grande Belo Horizonte	Cedeplar/ Ufmg
	APL Calçadista	Nova Serrana	Cedeplar/ Ufmg
	APL Moveleira	Ubá	Cedeplar/ Ufmg
Rio de Janeiro	APLS Têxtil-Confecções	Rio de Janeiro	IE – UFRJ
	Ind. Exportadora de Software	Rio de Janeiro	IE – UFRJ
	APL de Música e Conservatória	Conservatória	REDESIST
	APLs Rochas Ornamentais	NW Rio de Janeiro	UFES
Espírito Santo	Inovação de Es. Siderúrgico	Espírito Santo	UFES
	AP de Madeira- Móveis	Espírito Santo	UFES
	Arranjo Produtivo Metal-Mecânico	Espírito Santo	UFES
	APs de Rochas Ornamentais	Espírito Santo	UFES
Rio Grande do Sul	APL de Vinhos	Div. Regiões do RS	UNISC
	Arranjo Moveleiro	Serra Gaucha	UNISC
	Complexo Fumageiro	Div. Regiões do RS	UNISC
	Arranjo Coureiro – Calçadista	Vale dos Sinos	UNISC
	Arranjo de Máq. e Imp.Agrícolas	Div. Regiões do RS	UNISINOS
Santa Catarina	Arranjo Têxtil Vestuário	Vale do Itajaí	UFSC
	A Indústria de Software	Joinville	UFSC
	Cluster da Indústria Cerâmica	Santa Catarina	UFSC
	APL Turismo	Florianópolis	UFSC
São Paulo	APL de Móveis	São Paulo	Unicamp
	Arranjo Aeronáutico	São José dos Campos	F. SEADE
	Empresas de Bases Tecnológicas	São Carlos	Unicamp
	APs de Telecomunicações	Campinas	Unicamp

Fonte:Elaboração própria baseada nos dados da REDESIST (2013)

Portanto, é notável que os dados dispostos no Quadro 1 demonstram que existem arranjos produtivos presentes em quase todos os Estados do território brasileiro. Estas estruturas se caracterizam por possuírem alguma vantagem competitiva local e estão vinculados a uma instituição de ensino superior ou de pesquisa, fatos estes que auxiliam na dinâmica destes arranjos.

Para uma melhor análise destas informações contidas no Quadro1, tomamos como exemplo o APL do Turismo o qual se localiza na cidade de Bonito onde a atração principal é a Serra da Bodoquena.

O principal ponto potencial desse território turístico é constituído pelo ambiente da Serra da Bodoquena,uma estrutura de relevo formado de rochas calcárias as quais ficam, com o passar do tempo, cada vez mais evidente, devido ao processo erosivo que deu origem a estas serras, localizada no entorno das cidades de Bonito, Miranda e Apa, no Estado de Mato Grosso do Sul. (BOURLEGAT. ARRUDA, 2006)

De acordo com Bourlegat e Arruda(2006), o Parque Nacional da Bodoquena, como é conhecido, apresenta 76,4 mil hectares de extensão, e foi criado oficialmente no ano de 2000. Estes autores consideram que a estrutura de um APL, auxiliou na qualificação das atividades turísticas da região de Bonito, sem deixar de destacar as vantagens naturais e históricas. Como pode ser ilustrado no trecho a seguir:

A forma organizativa do APL em questão, respaldada na cultura histórica de formação sócio-espacial dessas sociedades latifundiárias de pecuária de corte, em ambientes de fronteira e, amparada por universidades e organismos técnicos de capacitação, órgãos públicos e terceiro setor, constitui a grande potencialidade do APL, mas que só ganha sentido e verdadeiro valor, por também estar alicerçada na raridade e beleza dos recursos naturais e paisagísticos do ecossistema constituído na Serra da Bodoquena [...]Desse modo, a tendência local poderá ser a de se retro-alimentar desse modelo inicial, já enraizado na cultura da prática dos negócios turísticos [...] a saída criativa para formas inovadoras manifesta-se em todos os segmentos do APL, embora mais em uns que em outros, por razões de natureza histórica e conjuntural, ou seja, de como aquele segmento convergiu e foi inserido na teia de relações do APL (BOURLEGAT. ARRUDA, 2006,p.87).

Bourlegat e Arruda (2006) apresentam que a cidade de Bonito possui uma vantagem nesta estrutura característica de um arranjo produtivo local. O fato de possuir a maior concentração de atrativos destinados ao ecoturismo, cerca de 70%, além de se destacar na eficiente qualidade de organização dos mesmos e da infraestrutura de apoio a atividades ligadas ao turismo.

Logo, um traço notável nas análises mais recentes de um APL, está no fato desta ser uma abordagem que vai além das tradicionais visões baseadas na empresa individual e muitas vezes ideológicas, baseadas em setor produtivo ou na cadeia produtiva. Este fato é que os estudos dos APLs atuais buscam estabelecer um nexos efetivo entre as atividades produtivas e o território (PRADO, 2007).

Entretanto, Prado (2007) demonstra, também, que os arranjos produtivos locais brasileiros dificilmente apresentam as características plenas do termo na prática, sendo apenas considerados como APL em potencial.

Assim, este autor destaca que os arranjos produtivos locais brasileiros são caracterizados por: configurações horizontais de produção, informalidade de contrato de trabalho, a qualificação de mão-de-obra é baixa e uma grande capacidade de produção se encontra ociosa.

Ainda de acordo com Prado (2007), muitas das aglomerações que apresentam algumas características dos APLs no Brasil sofrem pela ausência de canais especializados e eficientes de informação e cooperação. Outro entrave ao desenvolvimento dos APLs é a

ausência de linhas de crédito específicas para cada tipo de produção, seja esta do setor primário, secundário ou terciário.

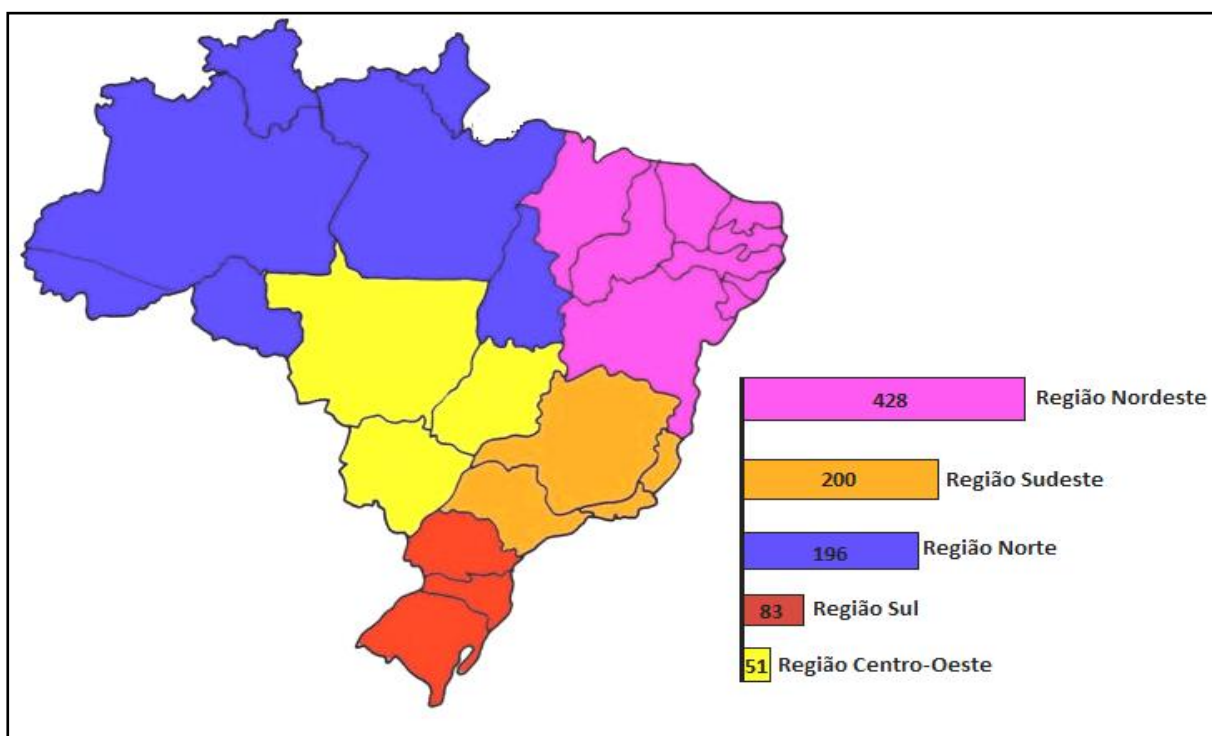
Transformado em números, as estruturas que apresentam características de aglomerações produtivas no Brasil de acordo com pesquisa feita pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) no ano de 2004, citado por Prado(2007), identifica-se no território nacional 958 arranjos ou estruturas produtivas em potencial.

Destas 958 aglomerações identificadas no Brasil, 567 são pertencentes ao setor primário, mais da metade encontra-se nos estados pertencentes à região Nordeste, e a segunda colocada é a região Norte com 161 arranjos.

Já no setor secundário, dos 344 arranjos identificados pelo MDIC, a região Sudeste apresenta 127, a região Nordeste 102, a região Sul com 55, a região Norte com 33 e a região Centro-Oeste 27. E, por fim, as aglomerações do setor terciário a região Nordeste possui 16, a regiões Sudeste e Centro-Oeste cada um com 10 aglomerados, o Sul com 9 e o Norte com apenas 2.

Assim, somando os arranjos produtivos pertencentes ao setor primário, secundário e terciário, tem-se a região Nordeste com o maior número 428 arranjos e a região Centro-Oeste com o menor número, 51 arranjos no total, como pode ser ilustrado na Figura 1 a seguir:

Mapa 1: Mapa dos Arranjos Produtivos Brasileiro por Macrorregião no ano de 2007



Fonte: MDIC, extraído de Prado (2007)

Algo evidente nesta figura é o grande número de aglomerações pertencentes à região nordeste, como apresenta Prado (2007), este fato se explica devido a esta região conter mais da metade das aglomerações pertencentes ao setor primário. Assim, estes números são justificados devido à economia dessa região ser caracterizada pela baixa industrialização e forte dependência do setor agrícola, refletindo diretamente no percentual nacional da distribuição setorial dos aglomerados produtivos.

Já a região Centro-Oeste apresenta o menor número de aglomerações produtivas, apenas 51 do total nacional. Deste total, de acordo com Prado (2007), mais da metade são pertencentes ao setor secundário, diferente da região nordeste que é caracterizada pelo grande número de aglomerações pertencentes ao setor primário.

Prado (2007) ressalta ainda, que apenas 29 destes aglomerados se enquadram em condição de médio/alto acesso a tecnologia e 28 com acesso a alta intensidade tecnológica, o que corresponde apenas a 6% no total das aglomerações produtivas brasileiras, que possuem disponível tecnologia de qualidade e informações de ponta.

Estes dados caracterizam as aglomerações produtivas brasileiras, na sua maioria pelo baixo conteúdo tecnológico na produção, característica esta que retarda a expansão destes agrupamentos.

Contudo, Prado (2007) acredita que de forma paradoxal, tanto os arranjos produtivos locais, quanto quaisquer outros tipos de aglomerações produtivas, constituem-se como um importante instrumento para se alcançar o desenvolvimento regional/local.

Sem deixar de ressaltar, ainda de acordo Prado (2007), que estas aglomerações necessitam de estudos adicionais mais aprofundados, para ser possível delinear políticas públicas e privadas adequadas, sendo possível promover de fato o desenvolvimento econômico das regiões.

Assim, foi possível caracterizar após este estudo, de forma resumida, que um APL por ser entendida como uma aglomeração de empresas geralmente de pequeno e médio porte. Estas aglomerações possuem mais acesso a informações ou mesmo as políticas implantadas pelo poder público.

Estes agrupamentos produtivos possuem também um caráter de cooperação involuntária, que beneficia a estrutura como um todo e se expande para o bem-estar social e local. E que uma vez instalado e bem estruturado um APL tem a capacidade dinamizar a economia local, fazendo com que o capital circule por um período de tempo maior no mercado interno, exercendo um efeito de multiplicador econômico.

Entretanto, a eficiência de um Arranjo Produtivo Local depende de uma junção de fatores como: estruturas físicas, capital humano capacitado, instituições de suporte, ou seja, toda uma estrutura macroeconômica com a função de auxiliar a expansão das atividades realizadas em determinados espaços físicos. Outra característica que deve ser destaque para se caracterizar de fato um APL é a presença das instituições governamentais dando suporte tanto técnico (ex.: incentivos a P&D), ou financeiro (ex.: acesso a crédito, financiamento, subsídios) para que as empresas possam expandir.

É notável também, após a análise principalmente do Prado e da REDESIST, que a instância pública brasileira apresenta políticas, as quais tem a função de apoiar os APLs. Entretanto, é necessário ainda um esforço maior para que estas políticas sejam divulgadas, pois, uma parte considerável de empreendimentos (seja do setor primário, secundário ou terciário), desconhece ou possuem poucas informações sobre este tipo de aglomeração produtiva e das políticas de apoios aos Arranjos Produtivos Locais.

Reforçando a abordagem sobre a importância das políticas públicas para os arranjos produtivos locais, Boisier (1989 apud SANTOS, 2007), ressalta que o desenvolvimento e crescimento econômico das regiões estão diretamente ligados a implantação destas políticas. Este autor demonstra que as políticas de desenvolvimento regional é uma extensão das políticas nacionais e globais, e que o planejamento de como devem ser elaboradas e realizadas estas políticas, pode trazer tanto efeitos positivos quanto negativos para as aglomerações produtivas.

O apoio governamental e as políticas de incentivos econômicos consistem assim, uma ferramenta de grande incentivo aos APLs, podendo ser consideradas como uma maneira eficaz de se planejar políticas de desenvolvimento regional, atreladas as políticas de cunho nacional.

Com isto, foi possível notar duas características marcantes em todas as visões e conceitos apresentados sobre os APLs. A primeira característica se refere ao fato que as APLs ou *clusters*, serem aglomerações locais compostas geralmente por empreendimentos de pequeno e médio porte, baseadas em uma vantagem competitiva local, em que possuem maior capacidade de se desenvolver internamente organizadas de forma coletiva do que individualmente.

Já a segunda característica, está atrelada a fato de que, quando as aglomerações são bem enraizadas e bem sucedidas, refletem no índice do desenvolvimento local, regional e até mesmo nacional, criando externalidades positivas, tanto na esfera econômica quanto na esfera social.

Sem deixar de destacar, que estas aglomerações possuem a capacidade de atração de investimentos, impulsionando principalmente o desenvolvimento endógeno de uma determinada localidade.

Algo notável também, após este estudo sobre os arranjos produtivos locais, está no fato destas aglomerações serem vinculadas, na maioria dos casos, a uma vantagem competitiva local. Entretanto, outra vantagem, considerada de grande importância, é a capacidade destas estruturas atraírem investimentos, reforçando a própria aglomeração, elevando a renda e o bem-estar social e econômico da região onde esta se localiza ou mesmo de regiões vizinhas.

É válido destacar ainda, que nos arranjos produtivos locais, como qualquer outro tipo de aglomeração, o sistema de cooperação não é completamente harmônico, há sim rivalidades internas e externas. Contudo, este tipo de rivalidade pode refletir de forma positiva, fazendo com que as empresas se aperfeiçoem buscando melhorar e expandir suas atividades produtivas.

Assim, surge à importância de se analisar de forma concisa e respeitando as individualidades das aglomerações produtivas do ambiente físico e histórico, na qual estas se encontram instaladas, destacando a sua relevância na promoção do desenvolvimento econômico e social das localidades e regiões.

Portanto, diante dos estudos sobre aglomerações produtivas foi possível notar que não são apenas as indústrias que são capazes de gerar o desenvolvimento das regiões, como se pensava nos primeiros estudos sobre este assunto. Setores como o de serviços também podem exercer este papel.

Tomando como exemplo os serviços do turismo, estas são atividades capazes de produzir ganhos econômicos e sociais, principalmente em regiões com incidência de potencialidade natural. Com isto, o próximo capítulo traz uma breve caracterização da importância dos serviços turísticos para a economia brasileira e baiana, que influencia diretamente nos indicadores econômicos e sociais desta população.

CAPÍTULO 2 ECONOMIA DO TURISMO NO BRASIL E NA BAHIA

Este capítulo traz uma breve caracterização do que pode ser entendido por economia do turismo, além de traçar algumas considerações sobre a relevância das atividades turística no território brasileiro e baiano.

2.1. O que pode ser entendido por Economia do Turismo

No processo de reconhecimento da economia como uma ciência, o turismo não estava presente como parte integrante do sistema econômico. Na teoria econômica clássica, na qual são apresentadas as segmentações do sistema econômico, os agentes produtivos são catalogados em seis setores: agricultura, mineração, indústria, construção, comércio e serviços (OLIVEIRA, 2008).

Assim, na atualidade o turismo é caracterizado como um tipo de serviço, gerador de um grande volume de empregos, responsável por elevar o fluxo de renda e investimentos através das suas atividades e empreendimentos. Portanto, partindo deste pressuposto o turismo também integra o sistema econômico.

Moura (2007) define o turismo como um fenômeno de massa, caracterizado pela locomoção de pessoas entre países, regiões, estados e cidades, resultantes diretos e efetivos da elevação do nível de renda da população, que reflete na melhoria do padrão de vida da sociedade como um todo.

Os efeitos provenientes das atividades turísticas podem ser sentidos de diversas formas nas sociedades, sendo responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento de regiões ou localidades, como observou Oliveira:

A contribuição do turismo para a geração de riquezas e melhoria do bem-estar dos povos podem ser sentida de múltiplas maneiras, a saber, na geração de emprego; distribuição e circulação de renda; transferência de recursos de regiões mais ricas para regiões menos favorecidas, naquilo que designa na economia, como efeito convergência; nos investimentos e inovações tecnológicas; no desenvolvimento de infra-estruturas coletivas; na preservação do ambiente e recuperação do patrimônio histórico e cultural; nas oportunidades de desenvolvimento; e nas necessidades dos viajantes (OLIVEIRA, 2008, p.16).

Contudo, o turismo não pode ser considerado como uma atividade recente. Os homens sempre realizaram viagens, por necessidades básicas, profissionais ou lazer. Entretanto, a partir do século XVIII, mais especificamente após a Primeira Revolução

Industrial, o mercado de viagens e turismo se ampliou. Conseqüentemente, isto fez com que o turismo se caracterizasse como uma atividade que necessita de técnicas de planejamento e gestão, pois, envolvem aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais (HAZIN. GALIZA. MEDEIROS, 2000).

Assim, Souza e Silveira Neto (2008) enumeram as atividades relacionadas ao turismo como: meios de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, transportes terrestres de veículos pequenos, aluguel de veículos, agências de turismo e lazer, as quais incorporam o espaço geográfico pelo seu valor paisagístico, histórico e cultural, para transformá-lo em um espaço de consumo. Espaço este, que precisa apresentar uma estrutura eficiente e de qualidade.

Estas atividades decorrentes do turismo são consideradas por Hazin, Galiza e Medeiros (2000), de fundamental importância e estratégica para o desenvolvimento nacional, perdendo apenas para a indústria de armamentos e de petróleo. Esta conclusão provém do fato, que as atividades turísticas exercem influências positivas nos índices econômicos, nos indicadores sociais e no padrão de vida da população, como pode ser ilustrado no trecho a seguir:

Por criar uma grande necessidade de serviços e ser uma atividade intensiva de mão-de-obra, o turismo pode ser usado como ferramenta para o desenvolvimento de muitos países, pela possibilidade de gerar emprego e renda. Além disso, a atividade turística também pode levar a uma dinâmica econômica em outros setores da economia, pelos efeitos multiplicadores que é capaz de proporcionar. (HAZIN. GALIZA. MEDEIROS, 2000, p. 17).

Por isto, o turismo de acordo com Moura (2007), pode ser considerado um dos seguimentos que mais cresce nos países desenvolvidos e nos países considerados em desenvolvimento. Ressaltando, que nos países em desenvolvimento, principalmente aqueles que possuem potencialidades naturais, as atividades turísticas estão sendo utilizadas como um valioso instrumento de política econômica.

A indústria do turismo principalmente nos países considerados em desenvolvimento, de acordo Gorini e Mendes (2005), apresenta na sua infraestrutura o predomínio de micro e pequenas empresas, principalmente nas atividades de gastronomia, de hospedagem, de agenciamento de viagens, de consultoria turística e de transportes. Reafirmando assim, a importância destas atividades para estes países e sua economia.

Com isto, surge uma nova ciência econômica a ser estudada, denominada de economia do turismo, assim como já existia a economia agrícola, a economia industrial, a economia financeira, entre outras. A importância de se criar um estudo econômico sobre o

turismo se dá devido ao fato desta atividade se manifestar de diversas formas como: dinheiro, mercadoria, propriedade, trabalho, troca de informações, transporte, hospedagem, entretenimento, ou seja, uma estrutura diversificada e valiosa (MOURA, 2007).

Para melhor desenvolver os estudos sobre os nichos turísticos ainda de acordo com Moura (2007), a Organização Mundial do Turismo (OMT) identifica, respeitando as características de cada localidade, dez seguintes típicos para classificar a indústria do turismo, que são: turismo social; turismo ecológico; turismo cultural; turismo de estudos e intercâmbio; turismo de esportes; turismo náutico; turismo de aventura; turismo de sol e praia; turismo de eventos e negócios; e turismo rural.

A OMT (2001 apud STEFANI, 2007), destaca que dentre estes seguimentos que caracterizam os diversos tipos de atividades turísticas, estes possuem quatro elementos em comum, que são:

- a) Existe um movimento das pessoas para fora do seu local de residência fixa;
- b) A estada no destino deve ser temporária;
- c) O turismo compreende tanto a viagem quanto as atividades realizadas no destino;
- d) As atividades turísticas incluem os produtos e serviços criados para satisfazer a necessidade da demanda.

Com isto, estes seguimentos só foram desenvolvidos com a função de alocar os recursos e investimentos da melhor forma possível. Identificadas as necessidades de cada seguimento turístico, buscam-se ações, sejam de cunho público ou privado, visando ampliar a qualidade dos serviços e o fluxo de visitantes, que conseqüentemente amplia a renda e o bem-estar social e econômico dos países ou regiões onde estas atividades se desenvolvem (MOURA, 2007).

Entretanto, ainda de acordo com Moura (2007), no processo de elaboração conceitual e metodológico das atividades ligadas ao turismo como um setor econômico, este passa por algumas críticas e problemas estruturais. Um destes entraves está no fato do turismo ser uma atividade marcada pela heterogeneidade de seus produtos e serviços, assim os cálculos de valoração dos produtos turísticos, são considerados por alguns estudiosos complexos, para ser mensurado pelo sistema contábil atual.

Estas atividades turísticas estão ligadas diretamente ao crescimento econômico e social, exercendo um efeito multiplicador sobre o poder público, os setores privados e a sociedade em geral. Entretanto, antropólogos e sociólogos têm ressaltado alguns pontos

negativos resultados destas atividades, como a degradação do meio ambiente e da cultura originária da sociedade receptora de visitantes (OLIVEIRA, 2008).

Contudo, a Ciência Econômica é definida conceitualmente como uma área que estuda os meios pelos quais os homens se organizam na sociedade, para produzir e distribuir as riquezas. Portanto, partindo deste conceito Moura (2007), considera e reafirma a economia do turismo como um ramo das ciências econômica, pois, esta área tem a função de estudar a utilização do recurso da produção turística e a circulação e distribuição da renda gerada por estas atividades.

Resumidamente, as atividades turísticas podem ser caracterizadas, como um produto de cunho material e imaterial, constituídos tanto de bens físicos e tangíveis, quanto de bens imateriais, por exemplo, a cultura e os costumes de uma determinada população. Ilustrado de forma clara por Silva:

Um produto turístico, portanto, consiste num conjunto de componentes tangíveis e intangíveis que inclui: recursos e atrativos naturais e culturais; equipamentos e infra-estruturas; serviços; atitudes recreativas; e imagens e valores simbólicos, oferecendo determinados benefícios capazes de atrair certos grupos de consumidores – os turistas – porque satisfazem as motivações e expectativas relacionadas com seu tempo livre (SILVA, 2001, p.48).

Com isto, pode se dizer que surge um novo ramo da pesquisa científica - a economia do turismo - como forma de analisar, viabilizar e planejar as maneiras de alocação dos recursos provenientes das diversas atividades turísticas, na tentativa de quantificar os custos e benefícios econômicos e sociais destas atividades.

Consequentemente, este novo ramo da ciência econômica é de fundamental importância, para se quantificar os impactos econômicos do turismo na sociedade. Impactos como: a redução dos desequilíbrios regionais, as contribuições na arrecadação de impostos; os efeitos multiplicadores de renda, da produção e do emprego e as contribuições na formação do PIB, principalmente em regiões e localidades que apresenta em seu ambiente físico ou cultural atrativos para o desenvolvimento destes serviços, como é o caso brasileiro.

O Brasil é considerado nos dias atuais, como um país em processo de crescimento e expansão, possuindo nas atividades turísticas um valioso meio que integra e eleva os indicadores econômicos e sociais. Assim, este será o foco de estudo da próxima sessão.

2.2. Turismo no Brasil e sua importância para a economia

As atividades ligadas ao turismo vêm sendo estudadas nos últimos anos como um importante instrumento de política pública e de desenvolvimento econômico, principalmente devido à sua importância crescente na geração de investimentos, de renda e de empregos diretos e indiretos.

Assim, tanto no cenário internacional quanto no cenário nacional, os vários ramos ligados aos serviços turísticos estão entre umas das áreas mais importantes na composição da base econômica³ de muitos países, estados, regiões e cidades.

Reafirmando a importância econômica das atividades e serviços turísticos, Alberto Sessa (1982 apud STEFANI, 2007, p.90) define que “o turismo está incluído entre as atividades que podem ser entendidas como motrizes para o desenvolvimento de certas regiões”.

Para melhor exemplificar de forma ampla, segundo Gorini e Mendes (2005), em dados divulgados pela OMT, o turismo é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo, demonstrando que as atividades turísticas estão entre os setores da economia de maior crescimento, tendo triplicado seu tamanho e impacto econômico-social, principalmente nos últimos 50 anos. Entretanto, as diversas atividades turísticas necessitam oferecer um serviço com qualidade e eficiência, atendendo as necessidades e demandas dos visitantes.

Considera-se o turismo francês como exemplo de atividade turística de qualidade e eficiente, em que este país é o primeiro na lista mundial em recebimento de visitantes, segundo dados da OMT. Os setores relacionados com as atividades turísticas apresentam um controle detalhado sobre a questão da qualidade da mão-de-obra, que inclui: alojamento (hotéis, campings, apartamentos, residências de turismo, quartos de hóspedes, complexos de apartamentos de férias), alimentação (restaurantes, bares), ofícios de turismo, agências de viagens, comunicação, transportes (autocarros, aluguéis de veículos) e os centros de férias (GORINI; MENDES, 2005).

Ainda de acordo Gorini e Mendes (2005), a qualidade do turismo francês é proveniente dos atrativos histórico-cultural e natural inerente a este país, e principalmente ao histórico de programas e políticas que visam em primeiro lugar aperfeiçoar este serviço para atender os seus visitantes com eficiência, qualidade e respeito.

³ Base Econômica: conforme conceito apresentado no item 1.2 do capítulo 1 deste estudo, o serviço do turismo é uma forma de exportação.

Agora, falando especificamente do turismo no Brasil, a OMT destaca que este país é considerado o principal receptor de turistas estrangeiros da América do Sul. Além do cenário de crescimento do turístico interno, o qual é reflexo das potencialidades como: clima, diversidade cultural e histórica, extensão territorial, melhorias da qualidade das atividades ligadas ao serviço do turismo (GORINI; MENDES, 2005).

Os produtos turísticos brasileiros, conforme Gorini e Mendes (2005), caracterizam-se por oferecer tanto ao turista brasileiro, quanto ao estrangeiro uma gama de opções diversificadas, com destaque aos atrativos naturais, do turismo aventureiro e do turismo de cunho histórico-cultural.

Conseqüentemente, este potencial turístico, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC) (2010), resultou no território nacional em um aumento significativo de incentivos públicos e privados para expansão destes serviços. Estes incentivos refletiram no aumento do movimento de hotéis e pousadas, operadoras de turismo, agências de viagens, transportadoras aéreas, rodoviárias e marítimas, serviços de guias turísticos, entre outros, totalizando 52 segmentos da economia beneficiados direta ou indiretamente pelas atividades turísticas.

Portanto, estes serviços desencadeiam um papel relevante, no que se entende por desenvolvimento e crescimento econômico e social, com reflexos diretos nas empresas, nos empregados, na população como um todo e nas instâncias governamentais, ou seja, exerce um efeito multiplicador de renda.

Para melhor exemplificar, o potencial e a relevância das atividades provenientes dos produtos turísticos, e seus reflexos nos indicadores econômicos, de acordo com o Ministério do Turismo (2013) entre os anos de 2003 e de 2009, as atividades e produtos turísticos cresceram aproximadamente 32,4%, mais do que a economia brasileira como um todo, que teve índice de 24,6%.

Um fator que merece destaque dentre as atividades ligadas aos serviços turísticos, é a necessidade de abundância de mão-de-obra. Principalmente a mão-de-obra de qualidade e eficiente nos diversos setores como: hospedagem, alimentação, transporte, serviços de guias, entre outros.

Assim, na tentativa de demonstrar a importância, principalmente na geração de emprego, das chamadas atividades características do turismo (ACTs), que englobam o conjunto das atividades que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas, o Ipea vem desenvolvendo estudo específico nesta área da economia brasileira.

Direcionando seus estudos, o Ipea se baseia em estimativas produzidas no âmbito do Sistema Integrado de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT) e com parceria do Ministério do Turismo. Estas estimativas abrangem sete grupos de ACTs: alojamento, agências de viagem, transportes, aluguel de transportes, alimentação, cultura e lazer (IPEA, 2010).

Como resultado, o Ipea destaca a quantidade e importância das ACTs na geração de emprego pelo território brasileiro, tanto formal ou informal, especificado por regiões, além de traçar uma relação com o total de empregos na economia como um todo. Podendo ser observado na Tabela 1 seguir:

Tabela 1 – Ocupações das Atividades Característica do Turismo (ACTs) em relação ao total das ocupações na economia – Brasil e regiões em Dezembro de 2008

	Total			Formal			Informal		
	ACTs	Economia	%	ACTs	Economia	%	ACTs	Economia	%
Norte	148.077	5.331.745	2,8%	40.532	1.261.954	3,2%	107.545	4.069.791	2,6%
Nordeste	552.429	21.287.962	2,6%	165.181	4.637.262	3,6%	387.248	16.650.700	2,3%
Sudeste	912.164	35.778.440	2,5%	459.978	17.063.415	2,7%	452.186	18.715.025	2,4%
Sul	278.094	13.904.820	2,0%	146.627	5.685.108	2,6%	131.467	8.219.712	1,6%
Centro-Oeste	145.880	5.895.757	2,5%	66.671	2.222.799	3,0%	79.209	3.672.958	2,2%
Brasil	2.036.644	82.198.724	2,5%	878.989	30.870.538	2,8%	1.157.655	51.328.186	2,3%

Fonte: SIMT/Ipea; IBGE (2008); MTE (2008), extraído de Ipea 2010

Os dados expostos são de dezembro de 2008, apresentando a relação ente a ocupação formal e informal típicas do turismo, comparado com as demais ocupações da economia. A maior participação das ACTs, na economia formal, ocorreu no Nordeste, com 3,6%, e a menor na região Sul com 2,6%. Já na economia informal, a maior participação das ACTs se dá na região Norte, com 2,6%, e a menor, no Sul, com 1,6%.

Com isto, fica evidente que as ACTs estão espalhadas por todo o território nacional, gerando maiores fluxo de renda e capital para a economia, principalmente no que se tange ao emprego de mão-de-obra informal, em período de maior fluxo de visitantes.

Já no ano de 2011, conforme dados disponibilizados por Ministério do Turismo (2013), o Brasil ocupou o quinto lugar no ranking dos países que mais empregaram pessoas nestes seguimentos na esfera global. Com isto, fica evidente a importância deste seguimento

no território nacional, responsável por gerar um total de 2,5 milhões de empregos foram no ano de 2011 e um total de R\$ 6,7 bilhões de reais foram investidos nos diversos setores ligados ao turismo.

Ainda de acordo com o Ministério do Turismo (2013) as diversas atividades ligadas ao turismo, corresponderam a uma participação de 3,6% do Produto Interno Bruto brasileiro, também no ano de 2011. Tomando como exemplo o PIB do turismo na França, que como já mencionado é o primeiro país na lista mundial em recebimento de visitantes, que neste mesmo ano totaliza cerca de 11%, o turismo brasileiro possui uma participação ainda tímida na economia, por ser ainda uma atividade que necessita de mais qualidade e programas de aperfeiçoamento, ao se comparar por exemplo com o turismo francês, que é considerado um serviço de referência no cenário mundial.

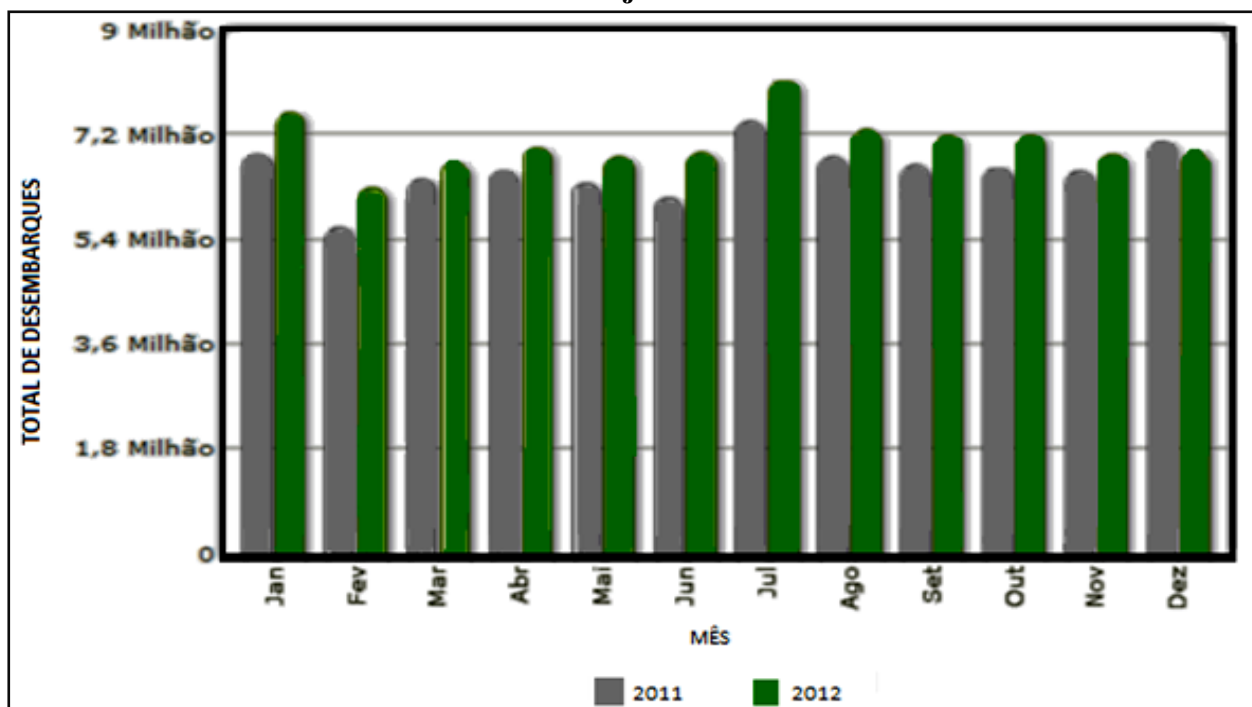
Partindo, agora a analisar a participação das instâncias governamentais nas atividades turísticas brasileiras, foi notável que nos últimos anos aumentaram-se ações de políticas públicas e até mesmo privadas, com intuito de desenvolver estas atividades. Estas ações procuraram baratear o deslocamento interno, desenvolvendo a infraestrutura turística, promovendo a capacitação de mão-de-obra, além de elevar consideravelmente a divulgação deste serviço no mercado interno e externo (GORINI; MENDES, 2005).

Com estas ações o turismo brasileiro, ainda de acordo com Gorini e Mendes (2005) ficou caracterizado pelo fato, que com aumento da renda média, a oferta de crédito, o barateamento do custo das passagens aéreas, a elevação dos índices de compra de automóveis de passeio, principalmente nas últimas décadas levaram as classes C, D e E a viajarem mais dentro do país.

Assim, é notável que este cenário econômico e social refletiu na elevação da dinâmica das atividades ligadas ao turismo no território nacional, ampliando a movimentação de pessoas e consequentemente de capital pelo país.

Isto posto, para uma melhor visualização do crescimento do fluxo de turismo no território brasileiro, de acordo com o Ministério do Turismo (2013), o número de desembarques domésticos passou de 72 milhões para 77,9 milhões um aumento de 8%. Valores estes referentes ao acumulado de janeiro a novembro do ano de 2012 em relação ao ano de 2011. Como pode ser ilustrado no gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Desembarques Domésticos Brasileiros: comparativo entre os anos de 2011 e 2012: acumulado de janeiro a novembro.



Fonte: INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, extraído de Brasil (2013).

Algo que merece destaque na visualização deste gráfico, além do aumento nos índices de desembarque, foram os dois picos de crescimento de viagens, nos anos de 2011 e 2012, nos meses de janeiro e fevereiro. Estes meses são períodos de férias escolares, portanto se justifica que a população brasileira viaje mais nestes espaços de tempo.

Outra informação que merece destaque, é o fato que os destinos turísticos nacionais superaram os internacionais na preferência dos brasileiros, que pretendiam viajar, ou viajaram no ano de 2012. Sem deixar de mencionar, de acordo com um levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que os estados da Região Nordeste continuam sendo os preferidos, com 49% das indicações, seguidos pelas regiões Sudeste, com 23,3% das preferências e da região Sul com 18% (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

O turismo de origem internacional também cresceu nos últimos dois anos. Ainda segundo dados do Ministério do Turismo (2013), a Infraero registrou 9.236.947 desembarques de estrangeiros no território nacional no ano 2012, correspondendo a um crescimento de 2,4% em relação ao ano de 2011. Este fluxo de pessoas, sejam de origem nacional ou internacional fez com que as atividades turísticas crescessem uma média de 6% em 2012, o dobro da média mundial que foi de 3%.

Ainda, de acordo com o Ministério do Turismo (2013) em relação ao cenário internacional, o turismo está entre os dez itens mais exportados no país. As receitas das exportações, por exemplo, de produtos e commodities, provém da remessa de bens físicos para os mercados externos. Já as receitas provenientes das atividades turísticas resultam do consumo de bens e serviços no território nacional.

Portanto, as atividades ligadas ao turismo são consideradas de grandes perspectivas na geração de emprego e renda, na redução das desigualdades regionais e melhoria da qualidade de vida da população.

As perspectivas positivas do crescimento dos serviços turísticos principalmente os de origem internacional, como uma atividade pungente para a economia brasileira, estão no fato que o turismo, em relação às outras mercadorias e bens exportados, como exemplo as commodities, sofrem insignificantes restrições protecionistas, ações de taxas ou sobretaxas, ou mesmo retaliações e barreiras dos mercados internacionais (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

Vale ressaltar ainda que no cenário mundial, o turismo brasileiro está em alta, devido à característica que nove entre dez turistas estrangeiros que visitaram o país no ano de 2011 desejam retornar, devido a diversidade de destinos a serem conhecidos. De acordo com Ministério do Turismo (2013), os segmentos de negócios, eventos e convenções foram os que mais cresceram, totalizando 9,8% em relação aos demais seguimentos⁴.

Contudo, é notável que a infraestrutura turística brasileira (em seus mais diversos ramos e seguimentos) ainda necessita de muitas reformas e qualificações, ao se comparar com o mercado turístico internacional.

Estas mudanças envolvem o estabelecimento de novas atribuições e reciclagem das atividades ligadas ao turismo, na tentativa de garantir excelência em serviços como hospitalidade, transporte, comunicação, segurança, atendimento de qualidade ao turismo de outras nacionalidades, entre outros setores, garantindo assim, qualidade no mercado nacional e competitividade no mercado internacional.

Portanto, as atividades ligadas ao turismo no Brasil podem ser consideradas de importante relevância tanto para a economia, quanto como instrumento de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento econômico e inclusão social. Na região nordeste, em destaque o Estado da Bahia, o turismo é considerado justamente como um setor da economia

⁴Seguimentos como: Turismo de aventura, de lazer, de praia e sol, de intercâmbio, entre outros.

de grande importância para a sua população, que será o assunto a ser abordado no próximo tópico.

2.3. Turismo na Bahia e sua importância para a economia

A Bahia está localizada na região nordeste do Brasil. Região esta de elevados fluxos de visitantes, proveniente de uma gama de atividades naturais, históricos e culturais dos mais diversos ramos e seguimentos possíveis, vinculadas e enriquecedoras dos serviços e atividades turísticos.

Isto posto, Souza e Silveira Neto (2008) destacam a importância das atividades turísticas para a população e para a economia nordestina, apresentando as vantagens naturais como um atrativo a mais desta região, além de seu potencial como instrumento de geração de renda e emprego. Como pode ser observada a seguir:

[...], a região Nordeste do Brasil apresenta-se como um dos principais destinos de turistas domésticos e estrangeiros, dada a sua maior complementaridade climática e geográfica tanto em relação aos países de renda mais elevada, quanto com respeito aos estados mais ricos do país. A existência de diversidade de recursos naturais e a formação histórico-cultural, por um lado, associada à baixa intensidade tecnológica envolvida nas atividades do turismo, por outro, torna o desenvolvimento destas atividades um meio potencial importante de geração de emprego e renda para as localidades que se destacam como destinos turísticos. (SOUZA. SILVEIRA NETO, 2008 p.2).

Para expressar a importância deste seguimento, no ano de 2006, ainda conforme Souza e Silveira Neto (2008), no território nordestino as atividades e serviços provenientes do turismo foram consideradas a parte de maior importância para a economia e população, ao se comparar com o âmbito nacional. Verificou-se que os serviços turísticos contribuíram no ano de 2006 com 11,4% no total das ocupações e de 8,9% na geração de renda dos trabalhadores nordestinos.

Assim, falando especificamente do Estado da Bahia, o governo baiano a partir do ano de 1991 passou a destacar em suas ações de políticas públicas a importância das atividades turísticas, para a economia e sociedade baiana, denominado de “produto Bahia” (SILVA, 2001).

Estas políticas tinham a função de dinamizar a indústria turística frente ao cenário nacional e até mesmo internacional, incrementando a dinâmica econômica e infraestrutura, refletindo nos índices de crescimento e desenvolvimento das regiões, principalmente as menos desenvolvidas, como pode ser observado a seguir:

[...] buscando-se, através de um amplo e complexo conjunto de ações/investimentos, diversificar o “produto Bahia” em uma moderna e dinâmica concepção de espaços/produtos, com o objetivo de elevar a permanência do turista no Estado, canalizando os benefícios socioeconômicos derivados do turismo para as suas regiões menos desenvolvidas (SILVA, 2001, p. 45).

Já ao se analisar os locais de maiores fluxos de visitantes no território baiano, conforme estudos realizados por Souza e Silveira Neto (2008), este é caracterizado por possuir uma grande concentração na Região Metropolitana de Salvador, entretanto, também abrange outras localidades mais afastadas da capital.

Desta forma, estas atividades na Bahia estão classificadas em dez zonas turísticas que compreendem desde o litoral até o interior, que são: Costa das Baleias, Costa do Descobrimento, Costa do Cacau, Costa do Dendê, Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros, Sertão, Lagos do São Francisco, Chapada Diamantina e Caminhos do Oeste (SOUZA. SILVEIRA NETO, 2008).

A relevância das atividades turística, para o estado da Bahia, ainda de acordo com Souza e Silveira Neto (2008), está refletida na participação de 29,1% do total das ocupações serem provenientes das atividades turísticas, enquanto que o peso do Estado no total, destas mesmas atividade em relação a economia nacional foi de 27,4%, no ano de 2006. Já em relação ao rendimento do trabalhador proveniente das atividades turísticas, a Bahia foi responsável por 29,7% da renda gerada do Nordeste, neste mesmo ano.

Portanto, a partir destes números é possível observar que o Estado da Bahia tem uma representação regional mais forte nos serviços do turismo, comparado com o ocorrido na economia nacional como um todo. Estas atividades espalhadas pelo território baiano, corresponderam a uma parcela significativa na composição dos indicadores econômicos, principalmente no que se refere à geração de emprego e renda.

Este fato, diz respeito principalmente à contribuição das atividades turísticas na composição da renda dos trabalhadores na região nordeste. A Bahia ficou na segunda colocação com a participação 6,6% e Pernambuco em primeiro com 6,8%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada no ano de 2006.

Outro fator observado ainda na visão de Souza e Silveira Neto (2008), foi que a distribuição das atividades turísticas no Nordeste estão tornando menos metropolitana se comparada com o turismo no país. Já na Bahia esta tendência ainda é mais forte, devido a existência de roteiros turísticos mais diversificados pelo Estado como um todo.

Ao se falar em um setor de relevância, Gorini e Mendes (2005) caracteriza o setor hoteleiro como uma área fundamental no serviço do turismo e de valor econômico inegável. Este segmento é intensivo em mão-de-obra, haja vista que a maior parte das atividades refere-se ao atendimento aos hóspedes. Com isto, a importância desta mão-de-obra é considerada fundamental para a qualidade dos serviços.

Uma segunda característica, ainda de acordo com Gorini e Mendes (2005), é a predominância nestes setores, em especial nos estabelecimentos de pequeno e médio porte, dos principais agentes da rede hoteleira serem os proprietários dos imóveis, os quais são explorados comercialmente como meios de hospedagem e provedor da renda familiar.

Assim, trazendo dados mais atuais com a função de demonstrar a importância das atividades turísticas para a economia e população baiana, a rede hoteleira, como já mencionada anteriormente, é um importante instrumento econômico e também um indicativo de fluxos turísticos e de capital. Por isto, é válido destacar a origem dos turistas que visitam a Bahia.

De acordo com Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR) (2013), no período de janeiro a abril de 2012, em Salvador, 93,1% dos hóspedes foram de origem nacional e 6,9% internacional. Já no que diz respeito ao interior do Estado neste mesmo período, foi observado que do total de hóspedes 94,6% foram de origem nacional e 5,4% foram de origens internacionais.

Passando agora a analisar os principais países emissores de turistas para este Estado, conforme informações disponibilizadas ainda pela SETUR (2013), o primeiro país emissor de hóspedes no ano de 2012 foi a Argentina, com a participação de 50,6%, seguido pela França com total de 24,9%, e os outros 24,5% estão distribuídos pelos demais países emissores de visitantes.

Entretanto, uma característica que merece destaque é que o próprio estado da Bahia é o principal emissor de hóspedes domésticos em Salvador com um total de 30,8%, seguido por São Paulo, com um total de 19,2%, o terceiro é o Rio de Janeiro, com 9,7% dos hóspedes. Já ao se tratar do interior baiano, São Paulo é o principal emissor de hóspedes, com participação de 31,7% e no segundo lugar está o Estado de Minas Gerais, com 16,3%. (SETUR, 2013).

Outro indicador utilizado para reafirmar a relevância da indústria do turismo para a economia e população da Bahia é a quantidade de mão-de-obra empregada a partir destas atividades.

Com isto, ainda de acordo com dados da SETUR (2013), no ano de 2010 o volume de postos de trabalho formal foi calculado em 70.980, e ano de 2011 se observou um crescimento

de 8%, passando para o total de 76.747 pessoas formalmente empregadas nas atividades turísticas na Bahia.

Com isto, é possível verificar que a indústria turística e todos os seguimentos que as acompanham são de inegável importância para a economia e a população nordestina, especificamente da Bahia.

Estas atividades podem ser consideradas de grosso modo um instrumento responsável por gerar o desenvolvimento das regiões, reduzindo as taxas de desigualdade baseado na exportação dos serviços turísticos, como pode ser observado na teoria da base de exportação apresentado no capítulo 1 deste mesmo trabalho.

Conseqüentemente, o governo do Estado na tentativa de melhorar à qualidade do atendimento dos seus visitantes, desenvolveu o Sistema Integrado de Informações Turísticas, disponibilizado pela Secretaria do Turismo da Bahia. Este sistema visa oferecer um atendimento amplo ao turista, abrangendo os níveis presencial, eletrônico e digital. Este fornece informações sobre a infraestrutura turística, como localização, hotéis, bares e restaurantes, ou mesmo indicadores e dados estatísticos dos 154 municípios do estado (SETUR, 2013).

Entretanto, de acordo com Silva (2001), os seguimentos do turismo baiano, apesar dos aperfeiçoamentos sofridos nas últimas décadas, ainda possuem carências principalmente no que tange a cadeia produtiva, como: pouca cooperação ou articulação na cadeia; baixa capacitação administrativa, gerencial e de atendimento; cadeia produtiva incompleta; escopo de produtos e serviços oferecidos muito reduzidos; sistema tecnológico defasado; e excessiva verticalização da cadeia.

Com o objetivo de melhorar a estrutura turística da Bahia, está sendo realizados estudos e ações as quais tem a função de desenvolver e identificar clusters de turismo espalhados pelo território baiano. As aglomerações produtivas em forma de clusters, como já analisadas no capítulo 01 de modo geral, aumentam as possibilidades e as vantagens dos produtos ou atividades desenvolvidas nestes tipos de agrupamentos.

Este fato ocorre por que, os agentes da cadeia produtiva estarão melhores organizados, para trabalhar no mercado competitivo e na busca de ampliação da qualidade das suas estruturas financeiras e físicas, refletindo nos indicadores sociais (SOUZA. SILVEIRA NETO, 2007).

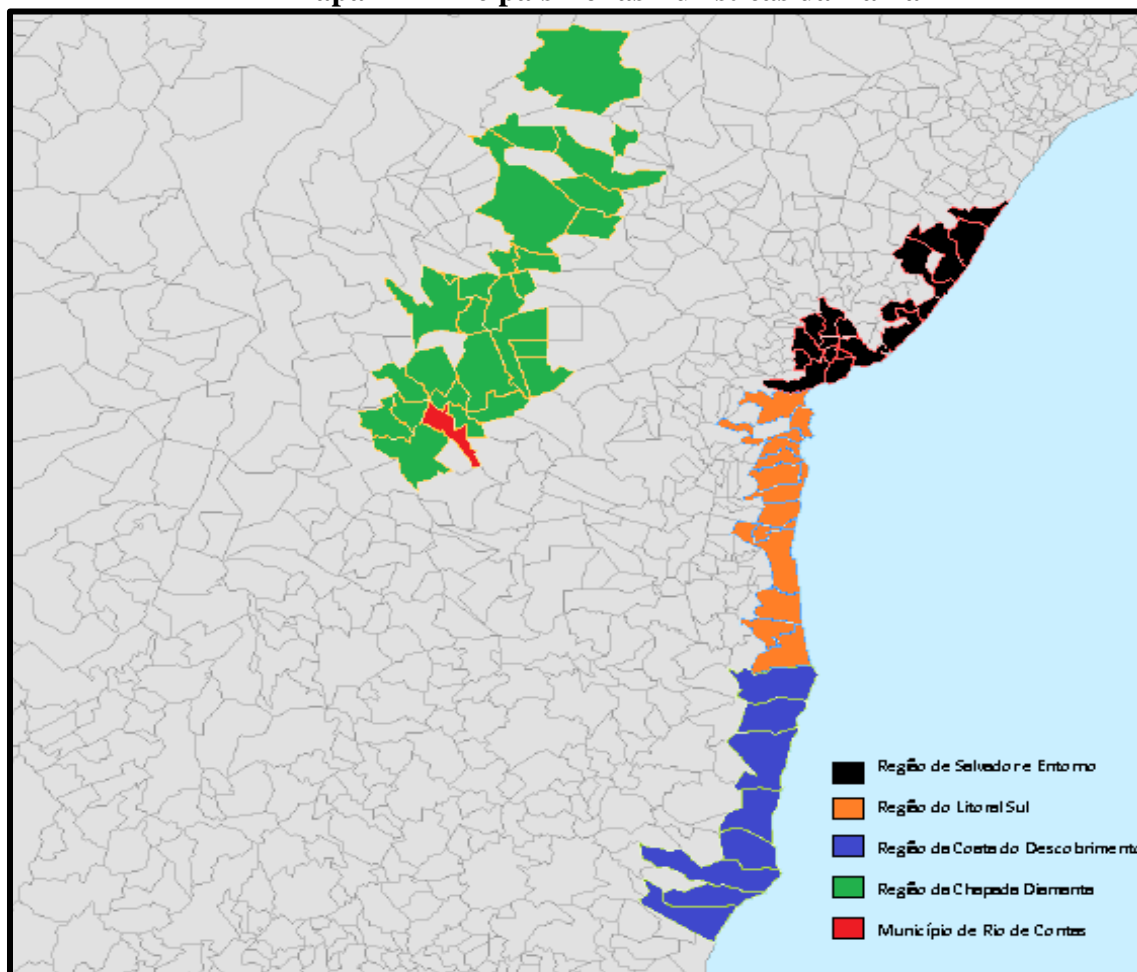
Souza e Silveira Neto identificam os clusters de turismo como um tipo de agrupamento produtivo, que apresenta vantagens competitivas na realização dos mais diversos

tipos de serviços característicos da indústria turística, com eficiência e qualidade. Como demonstrada no trecho exposto abaixo:

Um cluster de turismo é formado por empresas e instituições que interagem em conjunto, promovendo vantagens competitivas que têm impactos positivos na diversificação de produtos turísticos, no padrão de qualidade dos produtos e serviços fornecidos e na implantação de uma infra-estrutura adequada. Esse tipo de agrupamento tem características de cluster horizontal e vertical. Por exemplo, a relação existente entre a rede de hotéis e transportes caracterizados como vertical; já as parcerias entre meios de hospedagens e locais de entretenimento estão, possivelmente, mais adequadas ao conceito de cluster horizontal (SOUZA. SILVEIRA NETO, 2007, p.189).

Assim, a identificação de regiões ou localidades que possuem estas vantagens para o desenvolvimento das atividades e características do turismo é o primeiro passo para se caracterizar um possível cluster do turismo. Com isto, para melhor visualizar no território baiano, o Mapa 2 a seguir apresenta as principais zonas ou possível cluster do turismo localizado neste Estado.

Mapa 2 - Principais Zonas Turísticas da Bahia



FONTE: Elaboração Própria com base em Stefani (2006)

A Região de Salvador e Entorno abrange a capital baiana, Bahia de Todos os Santos e Costa dos Coqueiros, a Chapada Diamantina representa as regiões localizadas no interior baiano, a Costa do Dendê e a Costa do Cacau representa a região do Litoral Sul e por fim a Região da Costa do descobrimento que se refere a Costa das Baleias.

A parte em vermelho destacada do Mapa 2 exposto acima, refere-se ao município de Rio de Contas, que será o tema do estudo de caso realizado no próximo capítulo. Esta cidade localizada no início da Chapada Diamantina, possuem nas atividades turísticas um importante instrumento econômico e social.

Enfim, é possível observar após este breve estudo sobre o turismo na Bahia, que este Estado pode ser considerado um dos destinos mais procurados por turistas e visitantes, tanto de origem nacionais, quanto internacionais. Sem deixar de mencionar a importância destas atividades para a economia e sociedade deste Estado, principalmente na geração de emprego e renda.

Atraídos pelas riquezas culturais e históricas ou pelas belezas naturais deste Estado, a renda proveniente dos mais variados serviços e produtos turísticos, podem gerar crescimento e desenvolvimento econômico-social, para as diversas regiões e localidades do extenso território baiano. Apesar de todas as carências ainda presentes na infraestrutura desta indústria turística, podendo destacar uma das mais complexas, que é a baixa qualificação da mão-de-obra, principalmente no que se tange ao atendimento dos visitantes de outros países, de língua estrangeira.

Assim, na tentativa de relacionar as atividades turísticas com o desenvolvimento econômico das regiões ou localidades, o capítulo a seguir tem a função de realizar um estudo de caso, sobre a economia do turismo como forma de desenvolvimento local e a teoria dos APLs (que pode ser considerado um tipo de *cluster*) na cidade de Rio de Contas, localizada no nordeste brasileiro, especificamente no Estado da Bahia.

CAPÍTULO 3 ESTUDO DO TURISMO E RIO DE CONTAS

Este capítulo tem a função de apresentar o estudo de caso sobre a estrutura e dinâmica econômica do turismo na cidade de Rio de Contas, localizada no interior baiano.

Assim, este se subdivide em quatro tópicos. No primeiro tópico é apresentada de forma breve a história desta cidade. No segundo tópico são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo. Já o terceiro tópico está exposto a dinâmica econômica das atividades turísticas em Rio de Contas, baseado em questionários e entrevista realizados na rede hoteleira e alimentícia. Por fim no quarto tópico faz-se a relação entre APL e turismo em Rio de Contas.

3.1. História da Cidade de Rio de Contas

É na Bahia que se localiza a Chapada Diamantina. Uma região de serras, situada no centro do Estado, onde nascem quase todos os rios das bacias do Paraguaçu, do Jacuípe e do Rio das Contas. A vegetação é diversificada e riquíssima, composta de espécies típicas da caatinga semiárida e da flora serrana, com destaque para as bromélias, orquídeas e sempre-vivas (LIMA, 2010).

O município de Rio de Contas, localizado a 738 Km de Salvador, faz parte da região central do Estado da Bahia. Atualmente, esta cidade possui cerca de 13.007 habitantes, sendo 40,79% da população residente na zona urbana e 59,21% da população residente na zona rural, representando 0,11% do total da população baiana, com densidade demográfica de 12,23 habitantes por km², e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,653 (IBGE, 2013).

A cidade de Rio de Contas, de acordo com Barreto (2007), foi fundada por Provisão Real (documento que autorizava a criação de vilas) em 1745 sendo considerada uma das primeiras cidades planejadas do interior baiano. Sua origem data do século XVII, devido à necessidade de viajantes do Estado de Goiás e do norte de Minas, fundarem um pequeno povoado denominado de “Crioulos”, como local de estadia provisória para descanso (BARRETO 2007).

A cidade de Rio de Contas atraiu a atenção de muitas pessoas ainda no século XVII, em função da descoberta de ouro no leito do rio que cortava esta cidade. De acordo com o acervo disponível no Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (APMRC) os garimpeiros que se instalaram neste povoado eram predominantemente mineiros e paulistas.

Já no início do século XVIII, no auge do período da mineração, os jesuítas constroem uma pequena igreja no então povoado de “Crioulos” sobre a invocação de Nossa Senhora do Livramento. Posteriormente, de acordo com o APMRC (1997), por volta do ano de 1745 o povoado de “Crioulos” foi elevado à condição de vila sobre o nome de Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas de Rio de Contas.

Esta vila foi criada devido à necessidade do governo possuir postos estratégicos no interior do Estado. Com isto, o governo da Metrópole, neste caso a cidade de Salvador, mandou construir a Cadeia Pública, a Câmara Municipal (prédio estes que se encontram na praça central desta cidade nos dias atuais), além de uma casa de fundição, segundo dados do APMRC (1997).

Ainda de acordo com dados disponíveis no documento oficial que descreve a história de Rio de Contas do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (1997), no ano de 1840, este município teve seu nome simplificado para Minas de Rio de Contas, posteriormente em 8 de junho de 1931 passou a se chamar simplesmente Rio de Contas.

Barreto (2007) destaca que a descoberta do ouro foi de fundamental importância para o surgimento da cidade de Rio de Contas, pois atraiu além de muitos garimpeiros, outras pessoas interessadas em reter algum lucro nestes períodos. Contudo, com o declínio da mineração surgem outras atividades neste município como: técnicos em ourivesaria, técnicos em metalúrgica artesanal, artesão baseados em couro, sem deixar de mencionar a agricultores de pequeno e médio porte.

Assim, um fato marcante na história desta cidade de acordo com Barreto (2007), é que o ciclo do ouro impulsionou a economia e marcou sua história no passado. Entretanto, com o fim do ciclo do ouro, e pós Revolução Constitucionalista de 1930, não só Rio de Contas, mas toda a Chapada Diamantina passou por algumas décadas de estagnação econômica e social.

Atualmente, não só a cidade de Rio de Contas mas a grande maioria dos municípios localizado na Chapada Diamantina, têm suas atividades econômicas pautadas principalmente no turismo de cunho ecológico, cultural, histórico e de aventura, além da agropecuária (BARRETO, 2007).

Neste município, ainda conforme Barreto (2007), estão conservados igrejas barrocas, casario em adobe e monumentos públicos e religiosos. Feitos em pedra pelos escravos no período do auge do ciclo do ouro, estes prédios foram tombados como acervo arquitetônico da Bahia e reconhecidos pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Como podem ser observadas nas Fotos abaixo:

Foto 1 – Igreja de Sant’Ana, construída do período escravagista



Fonte: PMRC (2013)

Estas igrejas construídas no estilo barroco e detalhes em alto relevo, no período escravagista e ciclo do ouro, possuindo em seu interior relíquias em ouro e prata datada deste mesmo período.

Foto 2 – Igreja Matriz, construída do auge do ciclo do ouro



Fonte: PMRC (2013)

Rio de Contas é estruturada a partir de ruas amplas com calçamentos em pedras, prédios e casarões datados de sua construção dos séculos XVIII e início do século XIX. Este padrão de construção é idêntico ao do litoral baiano, sendo os monumentos religiosos feitos em pedras e a arquitetura civil feitas de adobes (APMRC, 1997).

Foto 3 - Casarões e ruas em pedra bruta da Cidade de Rio de Contas



Fonte: Nayara Cardoso, Mar. 2013.

Os primeiros prédios a serem tombados pelo IPHAN no ano de 1958 foram, a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento e a Igreja de Sant' Ana. Já no ano de 1959 a antiga Casa de Câmara e Cadeia, hoje atual Fórum da cidade também foi incluído no livro de Tombo da União e por fim em 1980, devido ao valor arqueológico, etnográfico e paisagístico, Rio de Contas e seu conjunto arquitetônico, passou a ser considerado Patrimônio Nacional (APMRC, 1997).

Vale salientar ainda a existência de três povoados que se destacaram na história desta cidade. O primeiro é o povoado de Mato Grosso criado por volta do ano de 1718 utilizados como acampamento dos garimpeiros, e o segundo e terceiro consecutivamente são os povoados de Barra e Bananal, de população originária exclusivamente de negro fugitivo e posteriormente alforriados (SANTOS, 2009).

Na história de Rio de Contas é destaque a passagem da Coluna Prestes por este município. Entre os anos de 1925 a 1927, homens cansados e aos farrapos se utilizaram da cidade como ponto de descanso, para poder continuar a jornada. Este episódio fez a população

local de refugiar nas matas e fazendas próximas à cidade, com medo dos então considerado “revoltosos” (APMRC, 1997).

A Cidade de Rio de Contas está localizada em uma das áreas de maiores altitudes do Estado da Bahia com 1.050m do nível do mar, abrangendo uma área de 1.052,302 km². Em seu território também se localiza a Serra das Almas, onde se encontra um dos picos mais altos do interior deste Estado, o Pico das Almas, com altura de 1.958m e de diversificadas fauna e flora, apresentando espécies vegetais raríssimas.

Neste município, encontra-se também um trecho da Estrada Real, caminho feito a mando de Dom Pedro II. Esta estrada, feita de blocos de pedras denominada de quartzitos, tinha a função de ligar o Estado de Minas Gerais ao interior e ao litoral baiano, com principal finalidade de escoar a produção de ouro, além de servir de rota aos viajantes e mascates que atendiam estas regiões (SANTOS, 2009).

Assim, devido a sua localização Rio de Contas também foi considerado pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR II) como o segundo portão de acesso a Chapada Diamantina, destacando que seu potencial turístico é de grande relevância para a economia e a sociedade local, entretanto ainda considerado pouco explorado e divulgado (BARRETO, 2007).

Assim, é notável que o município de Rio de Contas esteja entre uma das primeiras regiões colonizada no interior do extenso território baiano. Este fato enriqueceu e deixou marcas em sua história, refletindo na sua estrutura econômico-social atual, podendo ser explorado através de atividades e serviços turísticos.

Assim, no intuito de entender a dinâmica destas atividades e serviços turísticos, no próximo tópico serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa sobre o turismo e sua dinâmica na economia da cidade de Rio de Contas.

3.2. Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Este tópico tem como objetivo expor os aspectos metodológicos da pesquisa, mostrando como foi estruturado este estudo. Além de apresentar como foi realizado o processo de coleta e tratamento dos dados, para se chegar aos resultados e conclusões.

Quanto à classificação da pesquisa esta é descritiva. De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição de características de uma

determinada população ou fenômeno, utilizando padrões de coleta de dados, como por exemplo, a aplicação de questionário e (ou) a observação sistemática.

Já com relação aos procedimentos técnicos, utilizou-se o levantamento, a partir de um estudo de um caso, que é analisar o turismo como vetor do desenvolvimento local, fazendo um estudo sobre a economia do turismo na cidade de Rio de Contas.

O levantamento é caracterizado pelo contado direto com as pessoas ou objeto que se deseja conhecer. Esta se estrutura basicamente pela solicitação de informações com as pessoas com relação ao problema estudado, para depois se fazer as análises quantitativas e qualitativas, e posteriormente obtêm-se as conclusões coerentes aos dados colhidos (GIL, 2002).

Já o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação, especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever um assunto específico e é um meio de organizar os dados, preservando o objeto estudado e o seu caráter unitário (GIL, 2002).

Este tipo de pesquisa, ainda de acordo Gil (2002), não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: delimitação da unidade-caso a ser estudada; a coleta de dados; a seleção, análise e interpretação dos dados e, por fim, elaboração do relatório e conclusões.

A pesquisa foi realizada no município de Rio de Contas, localizado na Chapada Diamantina, no interior do Estado da Bahia. A Coleta de dados sobre a dinâmica e receitas turística, desta localidade foi realizada nos hotéis e restaurantes, a partir de aplicações de questionários e entrevistas.

Estes dados e informações tiveram a função de mensurar à média das receitas que são alocados na economia desta cidade, provenientes das atividades e serviços turísticos de hospedagem e alimentação. A aplicação dos questionários pode ser considerada um micro censo da rede hospedeira de Rio de Contas, pois estes foram aplicados em todos os hotéis e pousados da cidade, com exceção de um único hotel que estava em reforma. Esta ação só foi possível devido ao fato desta cidade ser de pequeno porte.

De posse dos dados obtidos com a pesquisa descrita acima, fez-se uma comparação com o total de recurso recebido por esta cidade, destacando dois recursos específicos: o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a cota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esta comparação tem a função de verificar se o turismo em Rio de Contas é um setor base da economia local.

Os dados sobre as finanças do município foram baseados nas informações disponíveis no Portal da Transparência do Estado da Bahia e da Secretaria de Finança da cidade de Rio de Contas. Tanto a pesquisa realizada nos hotéis e restaurantes, quanto os dados sobre as finanças públicas deste município referem-se ao ano de 2012.

Para se saber a média da receita proveniente do turismo em Rio de Contas, verificou-se o valor de uma diária nos hotéis e pousadas da cidade, depois se multiplicou por 4 dias⁵, que é a permanência média dos visitantes nesta cidade. E por fim, verificou-se a quantidade média de visitantes registrados nestes hotéis e pousadas no ano de 2012, calculando assim, os gastos médios destes, nesta cidade com hospedagem.

Já para saber os gastos médios com alimentação, foi pesquisado quanto custa um almoço e um jantar nos restaurantes desta cidade. De posse destes valores se multiplicou pela média de permanência de um turista na cidade, neste caso de 4 dias e pela a quantidade de visitantes registrados nos hotéis e pousadas.

Para descrever de forma quantitativa as ocupações (a função, cargo, profissão ou ofício) exercidas pela pessoa durante o ano, destacando as ocupações provenientes das atividades turísticas, utilizara-se como base a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD, que foi desenvolvida pelo IBGE no censo 2010.

E, por fim, para verificar se os serviços turísticos de Rio de Contas formam um Arranjo Produtivo Local, será observado (a partir de pesquisas, entrevistas e aplicação de questionários) se este possui quatro características principais: ser uma aglomeração produtiva, se as empresas são rivais ou concorrentes, se estas empresas exercem algum tipo de cooperação e se o capital proveniente das atividades turísticas permanece circulando no interior da economia.

Assim, na tentativa de expor à dinâmica e a importância do turismo para o município de Rio de Contas, o próximo tópico apresenta, uma sucinta caracterização dos atrativos turísticos desta cidade e, posteriormente, traz-se dados sobre os reflexos destas atividades para a economia e população local.

3.3. Turismo e sua dinâmica na cidade de Rio de Contas

A economia da cidade de Rio de Contas é baseada em um pequeno comércio, que atende basicamente a população local e os visitantes, e nas atividades agropecuárias de

⁵4 dias: Os proprietários dos hotéis e pousadas relataram em entrevista que a média de permanência de um turista na cidade é de 3 a 5 dias, aí se utilizou a média de 4 dias para a realização dos cálculos deste estudo.

pequeno a médio porte, abrangente a seus distritos e zona rural. Conseqüentemente, devido a esta estrutura, o turismo pode ser considerado como um ponto-chave para justificar uma parcela significativa da dinâmica econômica desta localidade.

Em Rio de Contas, as atividades turísticas segundo Lima (2010) são possíveis devido ao seu potencial como patrimônio histórico e cultural reconhecido nacionalmente, sem deixar de mencionar a sua diversificada riqueza e beleza natural, como pode ser visualizado nas fotos a abaixo:

Fotos 4 – Rios e quedas de água que se encontram na cidade de Rio de Contas



Fonte: PMRC, 2013.

Já ao se falar do turismo, em qualquer local que se realiza estas atividades, a rede hoteleira e de hospedagem, como já analisado no decorrer desta pesquisa, é de fundamental importância e indispensável para que estes serviços sejam considerados de qualidade e eficaz, satisfazendo seus visitantes.

Prédios históricos de acordo com Gorini e Mendes (2005), por si só possuem um significativo valor turístico. Portanto, sua transformação em pousada ou hotel, não apenas lhes conferem uma utilização econômica que viabiliza sua conservação, mas também permite um uso bastante eficiente.

Em Rio de Contas, a rede hoteleira é composta por hotéis, pousada e chalés. Também disponibiliza de áreas de camping para a hospedagem, em período de maior demanda de visitantes. Sendo, três pousadas, dois hotéis-chalés com área de camping nas proximidades da cidade, dois hotéis de pequeno porte dentro da área urbana e um hotel de grande porte também nas proximidades da cidade. Como poder ser observados nas fotos abaixo:

Fotos 5 – Interior de pousada em Rio de Contas



Fonte: Nayara Cardoso, Mar. 2013.

Foto 6 – Área de Lazerdo um hotel em Rio de Contas



Fonte: San' Falipo Hotel

Foto 7 – Chalé em Rio de Contas



Fonte: Nayara Cardoso, Mar. 2013.

Com isto, é evidente que sendo a cidade de Rio de Contas, tombada pelo IPHAN a utilização de seus prédios históricos, em estilos Barroco (colonial e renascentista), Neoclássico e Platibanda, utilizados como pousadas e hotéis é um atrativo a mais a ser explorado em suas atividades turísticas.

Além de pousada, hotéis e chalés, a população de Rio de Contas disponibiliza de casa para aluguéis em períodos de maior fluxo de visitantes, como: feriado de natal e ano novo, carnaval e são João, além da festa de Corpus Christi, festejo de tradição religiosa desta cidade, elevando a entrada e o giro de capital nesta economia.

Contudo, nesta pesquisa os valores referentes aos aluguéis de residência em períodos de maior demanda turística, não foram possíveis serem mensurados, devido à carência e dificuldade de acesso a informações precisas sobre esta prática.

Discorrido sobre os festejos que atraem maior número de visitantes na cidade de Rio de Contas, destaca-se o Carnaval tradicional de rua com marchinhas e desfiles de máscaras e a festa religiosa de Corpus Christi, (ver Fotos 8) uma das mais antigas da Bahia. Os períodos considerados como alta temporada são os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, e de média temporada os meses de junho e julho.

Fotos 8 – Festa de Corpus Christi em Rio de Contas



Fonte: Nayara Cardoso, jun. 2013.

Em Rio de Contas, outros atrativos para os seus visitantes são os rios e cachoeiras de água doce, trilhas, grutas, além da possibilidade de escalar o Pico das Almas, um dos montes mais altos do interior baiano.

Assim, após esta breve caracterização dos atrativos turísticos em Rio de Contas, passa-se agora a analisar e medir de forma mais quantitativa, a importância do turismo para a economia desta cidade. A partir da pesquisa realizada nos hotéis, pousadas e restaurantes de Rio de Contas, foi possível expor alguns resultados expostos no tópico a seguir.

3.3.1 Avaliação dos impactos econômicos das atividades turísticas de hospedagem e alimentação no município de Rio de Contas

De acordo com Tomazzoni, um dos principais indicadores do turismo, como uma atividade econômica de relevância para a população de uma determinada localidade, região, Estado ou país, é o desempenho do setor hoteleiro. Como pode ser observado a seguir:

A taxa média de ocupação fornecida por entidades do setor possibilita estimar o faturamento do segmento hoteleiro e expandir as estimativas de retorno para os demais segmentos, considerando o volume médio de gastos individuais diários, distribuídos entre alimentação (restaurantes, lanchonetes, cafés), compras, transportes e entretenimento (parques, museus). Tem-se, portanto, um parâmetro para dimensionar o circuito produtivo do turismo (TOMAZZONI, 2009, p.173).

Assim, neste primeiro momento a Tabela 2, exposta a seguir, demonstra os gastos médios com hospedagem⁶ dos turistas em visita à cidade de Rio de Contas. Estes dados serão a base das avaliações e considerações de como se estrutura a economia e o círculo produtivo do turismo neste município, na tentativa de demonstrar a importância para a população local.

Tabela 2– Gastos Médios dos Turistas com Hospedagem em Rio de Contas em 2012:

Hotéis e Pousadas	Média de Hospedes do Ano de 2012 (A)	Valor médio da Diária por Dia (B)	Total (A * B)	Média de Permanencia de Turista na Cidade (C)	Total (A*B*C)
Pousada 01	415	45	R\$ 18.675,00	4 dias	R\$ 74.700,00
Pousada 02	250	50	R\$ 12.500,00	4 dias	R\$ 50.000,00
Pousada 03	475	65	R\$ 30.875,00	4 dias	R\$ 123.500,00
Hotel 01	900	40	R\$ 36.000,00	4 dias	R\$ 144.000,00
Hotel 02	2000	100	R\$ 200.000,00	4 dias	R\$ 800.000,00
Hotel 03	500	80	R\$40.000,00	4 dias	R\$ 160.000,00
Hotel 04	275	45	R\$ 12.375,00	4 dias	R\$ 49.500,00
Hotel 05	700	75	R\$ 52.500,00	4 dias	R\$ 210.000,00
TOTAL	5.515		R\$ 402.925,00		R\$ 1.611.700,00

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados da pesquisa

⁶Gastos médios com hospedagem: considerados os valores mais apitos a serem mensurados pela pesquisa de coleta de dados.

Além dos gastos com hospedagem, nesta pesquisa foi observado também, que o valor médio dos gastos de um turista por dia com almoço e jantar nos restaurantes da cidade é de aproximadamente R\$ 65,00. Se considerarmos que o total médio de hóspedes foi de 5.515 registrados nos hotéis e pousadas, e que estes se alimentam nos restaurantes e pousadas durante um período médio 4 dias, teremos o valor em reais de R\$ 1.433.900,00, provenientes dos gastos com alimentação destes visitantes no ano de 2012.

Assim, no ano de 2012 teremos um valor médio de R\$ 3.045.600,00 dos recursos referentes à soma de gastos totais com hospedagem e com alimentação dos turistas, que foram alocados na economia do município de Rio de Contas.

Isto significa que este município exportou uma média de R\$ 3.045.600,00 na forma de serviço de lazer no ano de 2012, através dos restaurantes, pousadas e hotéis. Como observou Polése a respeito deste tipo de exportação que determinada localidade realiza, já apresentado no capítulo 1 da presente pesquisa, em que não são apenas bens físicos e palpáveis que pode ser exportados, mais também bens imateriais exercem essa mesma função, como é o caso das atividades turísticas de Rio de Contas.

Já segundo a visão de North, também já demonstrada nesta pesquisa, uma atividade base poder ser considerada como aquela que capta recursos de outras regiões e localidades. Assim, de acordo com este conceito o turismo deste município é uma atividade base, já que é uma atividade de exportação que atrai recursos de outras localidades para a economia local.

Essa fase em que uma localidade se especializa na exportação de serviço ou bem material é considerada pela teoria dos estágios econômicos como o último estágio para o crescimento e desenvolvimento de uma determinada região ou localidade.

Reafirmando a importância das exportações para o desenvolvimento de uma determinada região, baseada em vantagens naturais e em infraestrutura, Tomazzoni (2009), acredita que a demanda externa pela produção regional é fator primordial na geração de renda, possibilitando o pagamento das importações e a remuneração de outros fatores produtivos.

Assim, na Tabela 3 apresentam as receitas públicas recebidas pelo município de Rio de Contas no ano de 2012, especificadas por áreas, com a função de traçar um comparativo do montante dos recursos que são alocados nesta cidade, provenientes das atividades turísticas, para posteriormente demonstrar a relevância da exportação dos serviços turísticos para a economia desta localidade.

Tabela 3 – Receitas Recebidas do Governo Federal da Cidade de Rio de Contas no Ano de 2012

TOTAL DESTINADO AO MUNICÍPIO RIO DE CONTAS: NO ANO DE 2012		
Função	Ação Governamental	Total no Ano(R\$)
Educação	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos	27.170,00
Educação	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	107.616,00
Saúde	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	115.115,05
Assistência Social	Apoio à Manutenção da Educação Infantil	30.244,62
Educação	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	113.704,94
Encargos Especiais	Auxílio Financeiro aos Entes Federados Exportadores	10.585,16
Educação	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	122.027,60
Encargos Especiais	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	2.227.993,52
Encargos Especiais	Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)	6.792.917,92
Desporto e Lazer	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	68.250,00
Urbanismo	Implantação ou Melhoria de Obras de Infraestrutura de urbanização em Municípios com ate 100.000 mil habitantes	146.774,40
Encargos Especiais	Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE - Combustíveis	20.340,66
Assistência Social	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	34.209,41
Encargos Especiais	Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT)	6.939,80
Encargos Especiais	Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)	138.360,65
Assistência Social	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	2.458.026,00
Encargos Especiais	Transferência do Imposto Territorial Rural	6.481,55
Encargos Especiais	Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º)	123.671,24
TOTAL GERAL DOS RECURSOS		R\$ 12.550.428,52

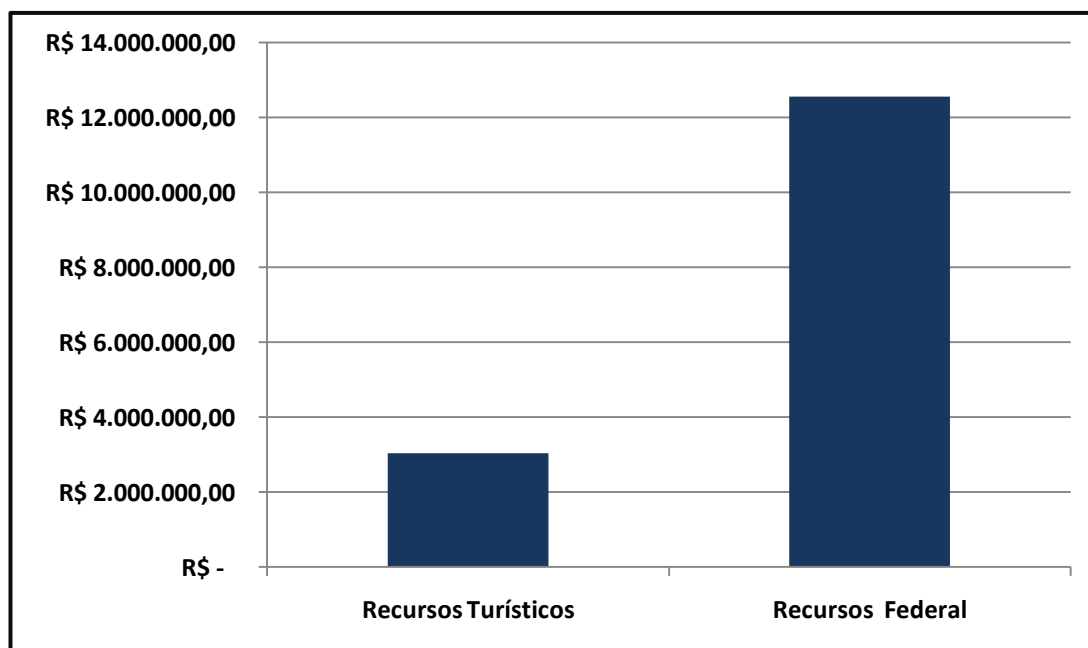
Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados do portal da transparência da Bahia

Ao se comparar o total médio das receitas provenientes dos serviços turísticos de hospedagem e alimentação, com os recursos recebidos por esta cidade provenientes das instâncias governamentais e impostos, tem-se a nítida visualização da importância e relevância dos recursos turístico alocado na economia local.

Estes recursos, oriundos das exportações do turismo, refletem diretamente no aumento da renda e do bem-estar da população deste município, os quais serão expostos em números no decorrer deste estudo, que a população local ainda é muito dependente das atividades agropecuárias de pequeno e médio porte.

Para melhor visualizar esta relação tem-se o Gráfico 2 abaixo, que apresenta a comparação entre receitas turísticas e recursos públicos alocadas na economia da cidade de Rio de Contas no ano de 2012.

Gráfico 2 – Comparação entre receitas turísticas e recursos públicos alocadas na economia da cidade de Rio de Contas no ano de 2012.



Fonte: Elaboração própria baseado nos dados da pesquisa e do portal da transparência da Bahia

Em uma cidade com a população total de 13.007 habitantes, uma receita de R\$ 3.045.600,00 a mais dos R\$ 12.550.428,52, proveniente dos recursos públicos, é de importância inegável para a economia e a população local, sejam estas pessoas ligadas diretamente ou indiretamente às diversas atividades e serviços turísticos.

Exemplificando esta importância, destacamos neste momento duas contas de receita: a cota de ICMS, que foi no ano de 2012 de 6.939,80 de reais, e o valor da maior verba recebida por esta cidade, que se refere ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 6.792.917,92 de reais. Como mostra a Tabela 4 apresentada a seguir:

Tabela 4 – Relação entre os recursos alocados no município de Rio de Contas, através atividades turísticas e através da arrecadação municipal no ano de 2012, em R\$.

Recursos Turísticos (A)	Quota do ICMS (B)	FPM (C)	Arrecadação Federal (D)	% A/B	% A/C	% A/D
3.045.600,00	6.939,80	6.792.917,92	12.550.428,50	43.886%	44,83	24,27

Fonte: Dados da Pesquisa e Portal da Transparência da Bahia

Ao se comparar a média dos recursos turísticos que são alocados na economia do município de Rio de Contas, é visível que estas receitas correspondem a 44,83% do FPM e é superior a cota de ICMS aproximadamente 43.886%. E se comparados, o montante da arrecadação total do município com as receitas turísticas, esta representou aproximadamente 24,27% deste recurso no ano de 2012.

Vale destacar ainda que os valores demonstrados nesta pesquisa, a respeito da dinâmica econômica provenientes do turismo na cidade de Rio de Contas, foram apenas uma parte dos recursos alocados neste município. Valores referente a serviços de guias turísticos, compras de lembranças ou produtos provenientes do artesanato local e qualquer outro gasto realizados por visitantes não estão incluídos nestes cálculos.

Apesar de serem muito relevantes, os valores mensurados acima, não são considerados suficientes para mostrar a importância do turismo para a economia local. É preciso analisar outras questões como: empregos gerados, qualidade e disponibilidade de mão-de-obra e a internalização dos recursos atraídos.

Assim, analisando a qualidade, custo e disponibilidade de mão-de-obra nesta cidade, foi possível verificar que os proprietários dos estabelecimentos turísticos demonstraram carências de acesso a mão-de-obra de qualidade, principalmente nos períodos de alta temporada.

Contudo, os diversos serviços turísticos empregam um número significativo de pessoas. Seja trabalhando em restaurantes, pousadas e hotéis da maneira formal ou de maneira informal, no período de alta temporada. Estes empregos são de grande relevância,

principalmente em uma cidade que a economia gira basicamente em torno de um pequeno comércio local e de atividades agrícolas de pequeno e médio porte.

Sem deixar de destacar, a parte de população que trabalha por conta própria na fabricação de artesanatos e lembranças da cidade para atender as demandas dos turistas. Vale destacar ainda, as ocupações que norteiam as atividades turísticas de forma indireta no período de alta temporada, como exemplo alugueis de carros de passeio, transporte em geral e alugueis de residências.

Neste sentido, na tentativa de demonstrar de maneira mais próxima da realidade, como se estruturam as ocupações principais do trabalho formal, incluindo as ocupações ligadas aos serviços turísticos na cidade de Rio de Contas, foram utilizados como base os microdados do censo de IBGE 2010, para se traçar algumas comparações.

Assim, de acordo com IBGE (2010), na cidade de Rio de Contas dos 13.007 habitantes, 4.868 habitantes possuem algum tipo de ocupação declarada, que representa 37,4% da população total. Os restantes de 8.139 dos habitantes desta cidade incluem as crianças, os idosos, as pessoas desempregadas e aposentadas, e a população em idade não economicamente ativa, representam 62,6% do total de habitantes.

De forma mais específica e seguindo a categoria de classificação do IBGE, as pessoas que se declararam empregadas nos serviços turísticos em Rio de Contas, no ano de 2010 totalizam 198. A Tabela 5 a seguir demonstra por especificidade, a distribuição dos empregos ligados aos serviços turísticos neste município.

Tabela 5 – Número de pessoas empregadas nas atividades relacionadas aos serviços turísticos em Rio de Contas.

ESPECIFICIDADE DA OCUPAÇÃO	Total dos 4.868	Total % dos 4.868
Gerentes de hotéis	4	0,1
Receptionistas de hotéis	10	0,2
Cozinheiros	59	1,2
Ajudantes de cozinha	11	0,2
Garçons	15	0,3
Atendentes de bar	32	0,7
Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	67	1,4
TOTAL GERAL	198	4,1%

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados do censo do IBGE 2010

Assim, fica evidente que as atividades turísticas absorvem pouca mão-de-obra formal, representando apenas 4,1%, ao se comparar, por exemplo, com as atividades agropecuárias, que representam 49,8% das ocupações deste município. Esses dados podem ser observados na Tabela 6 exposta a seguir:

Tabela 6 – Número de pessoas empregadas nas atividades agropecuárias na cidade Rio de Contas.

ESPECIFICIDADE DA OCUPAÇÃO	Total dos 4.868	Total % dos 4.868
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	830	17
Agricultores e trabalhadores qualificados no cultivo de hortas, viveiros e jardins	432	8,9
Agricultores e trabalhadores qualificados de cultivos mistos	1062	21,8
Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	101	2,1
TOTAL GERAL	2.425	49,8%

Fonte: Elaboração própria, com base nos microdados do censo do IBGE 2010

Após esta comparação, foi possível observar que os serviços turísticos de Rio de Contas têm outro agravante, que é a sazonalidade, gerando com isto, empregos característicos de temporadas e informais. Além de destacar que as atividades agropecuárias de pequeno e médio, a qual foi umas das primeiras atividades econômicas desta localidade continuam eminentemente enraizadas na cultura da população local.

Contudo, como já demonstrado no decorrer desta pesquisa, é notável que os serviços de hospedagem e alimentação, destinadas a atender a demanda turística deste município, são responsáveis por alocar nesta cidade por ano, uma média de três milhões de reais, confirmando a sua importância para a economia deste município.

No entanto, para que o desenvolvimento econômico de uma determinada região ou localidade possa ser alcançado, a partir de um número relativamente pequeno de empresas, como é o caso da rede hoteleira e alimentícia voltada ao atendimento turístico de Rio de Contas, é preciso internalizar os recursos atraídos por estes serviços na economia local. Sendo que as estruturas de APLs são consideradas capazes de realizar esta função.

O Arranjo Produtivo Local é considerado como um tipo de *cluster*, este tem a função de analisar a realidade de um agrupamento produtivo, considerando sua estrutura competitiva, articulação, sistema de inovação e suas contribuições para o ambiente socioeconômico, em que este se insere.

Partindo deste pressuposto, o próximo tópico apresenta um estudo, na tentativa de identificar características de um possível Arranjo Produtivo Local do turismo no município de Rio de Contas.

3.4. APLs e Turismo em Rio de Contas

Como se viu no capítulo 01, aglomerações produtivas são caracterizadas por agrupamentos concentrados em um determinado espaço físico, compostos por empresas ou instituições inter-relacionadas e ligadas por elementos em comuns, ações e atividades, que são complementares entre si (PORTER,1999).

Ao se relacionar aglomerações produtivas e turismo Tomazzoni (2009), considera o conceito de APL como o modelo teórico mais próximo da realidade para se estudar e caracterizar a dinâmica econômica do turismo em uma determinada localidade.

Relacionando o conceito de APL e o turismo da cidade de Rio de Conta, serão observadas a seguir características que fazem parte deste tipo específico de aglomerado, as quais foram ou não encontradas na estrutura turística deste município.

Uma das primeiras características evidente nos setores que atende as atividades turísticas de Rio de Contas é que estas fazem parte da base econômica do município. Esta característica na visão de Haddad (2004 apud SANTOS, 2007) é imprescindível para um determinado setor produtivo seja considerado um APL.

Outra característica que deve ser observada em um APL para Santos, Diniz e Barbosa (2004), é a necessidade de verificar uma concentração espacial de produção de bens e serviço, que se localizam a partir de uma fonte de vantagem competitiva de origem local e autônoma.

Esta característica também se encontra na estrutura produtiva turística de Rio de Contas. Isto porque, a atividades e serviços turísticos só são possíveis devido duas vantagens principais que são: a infraestrutura natural e o valor histórico-cultural deste município.

Contudo, estas características não são consideradas as mais importantes para caracterizar um determinado setor produtivo como um Arranjo Produtivo Local, capaz de gerar desenvolvimento econômico, para uma determinada região ou localidade.

Ao se falar sobre a importância das políticas públicas para o crescimento de um determinado setor ou agrupamento produtivo, como o turismo em Rio de Contas, Porter (1999) acredita que os aglomerados podem ser considerados uma força motriz na atração de recursos públicos, privados ou mesmo externo, assim consequentemente se aumenta as exportações melhorando os indicadores econômicos das localidades.

Boisier (1989 apud SANTOS 2007) considera que para um determinado agrupamento produtivo gerar crescimento e desenvolvimento econômico é necessário que este esteja em sintonia com as políticas macroeconômicas e setoriais do governo central.

O turismo no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, passou a ter uma expressão maior nos programas políticos desenvolvidos neste país. Como exemplos podem citar: O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR I e II), o Plano Nacional de Turismo (PNT) desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur), com a principal finalidade na geração de ocupações no setor de turismo, como fator de inclusão social. Isto posto, o turismo de Rio de Contas está incluído nos setores macroeconômicos das políticas públicas do governo central.

Outro fator importante para se caracterizar um APL, é observar se a rede hoteleira e alimentícia de Rio de Contas podem ser consideradas como empresas rivais ou concorrentes. Esta característica é notável, por que, estas concorrem pelo mesmo mercado consumidor, neste caso específico, os visitantes.

Como Marshall (1982) observou, já exposto no capítulo 1 desta pesquisa, nos seus estudos sobre as aglomerações produtivas, o ambiente de concorrência faz surgir uma dinâmica própria, que auxilia na troca de informações e conhecimento, benéfica para todo o sistema que o circunda.

Assim, estes são alguns indicadores de um APL, contudo não é suficiente para caracterizá-lo. Como denomina Schmitz (1997 apud SANTOS, 2007), ao se falar de cooperação que as empresas realizam ações conjuntas, resultando em uma “eficiência coletiva” que só existe quando esta ocorre de maneira consciente ou planejada.

Esta característica de cooperação planejada não foi encontrada nos estabelecimentos específicos dos serviços turísticos de cidade de Rio de Contas. Não foi observado neste município nem um tipo de associação, cooperativa ou algum órgão que represente estes estabelecimentos.

Em entrevistas realizadas nos hotéis desta cidade, os responsáveis por estes estabelecimentos relataram que seis anos atrás, montou-se uma pequena cooperativa da rede hoteleira em Rio de Contas. Contudo, devido à incompatibilidade de interesses, esta não prosseguiu.

Agora se falando de programas de capacitação dos profissionais e inovações da rede hoteleira do município de Rio de Contas, foi possível verificar que a competição neste mercado não é por inovação e qualidade dos produtos turísticos, mais sim por menores custos. Pois a falta de cooperação pode ser considerada um dos principais motivos deste cenário, de

baixa qualificação profissional e inexistência de investimentos em programas de P&D, ou mesmo algum vínculo como instituição de ensino e inovação.

Quanto à concorrência, pode-se observar que esta existe em Rio de Contas, pois os meios de hospedagem e os restaurantes disputam entre si pelo mesmo mercado consumidor, neste caso os turistas. No entanto, o ideal seria que a concorrência fosse por qualidade e não por custos, que foi um traço observado nas entrevistas realizadas nestes estabelecimentos.

Como Porter (1999) analisou e já demonstrada no decorrer desta pesquisa, que um ambiente produtivo deve gerar uma concorrência positiva, capaz de proporcionar vantagens competitivas, devido ao aumento da produtividade, aumento da capacidade de inovação e estímulos à formação de novos negócios e empresas, e não apenas por custos, como é o caso do turismo desta cidade.

Além disso, foi possível verificar outra deficiência para se caracterizar um arranjo produtivo local do turismo em Rio de Contas, o fato é que os recursos alocados nesta economia, provenientes das atividades turísticas, são capazes de gerar apenas crescimento e não desenvolvimento. Isto só foi possível verificar devido a uma fuga significativa do dinheiro, que são alocados nesta cidade provenientes das exportações, escoarem para outros municípios baianos.

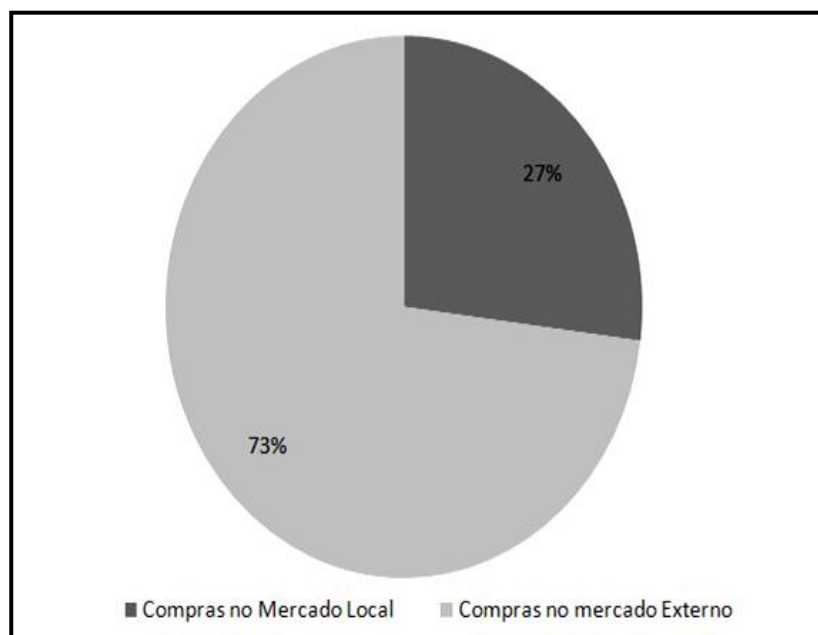
O termo “fuga” ou “vazamento” dos recursos atraídos pela exportação já foi analisado no decorrer do capítulo 01, ao se falar da dinâmica dos aglomerados produtivos. Para que uma aglomeração produtiva, como exemplo, neste caso as aglomeração de serviços turísticos, gere o crescimento e também o desenvolvimento de uma economia, é necessário que os recursos provenientes das exportações permaneçam o maior tempo possível girando na economia local.

Se o capital permanecer circulando na economia local por um período de tempo mais longo, os benefícios serão sentidos em todas as atividades econômicas, exercendo assim o efeito multiplicador, refletindo nos indicadores econômicos e no bem-estar social da população local.

Na cidade de Rio de Contas, foi possível verificar com base nos questionários e entrevistas aplicados nos hotéis, pousadas e restaurantes, que apenas cerca de 27% dos insumos utilizados nos diversos serviços turísticos são comprados do comércio local.

Assim, aproximadamente 73% dos recursos que chega à cidade proveniente das exportações dos serviços turísticos, saem novamente da economia criando o efeito denominado de “fuga dos recursos”. Como pode ser observada no Gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3 – Fontes de compras dos insumos da rede hoteleira de Rio de Contas.



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da pesquisa (2013)

Este fato ocorre, principalmente, por deficiências inerentes ao pequeno e pouco diversificado comércio local e com custos mais elevados ao se comparar com as outras localidades fornecedoras destes mesmos insumos e produtos.

Outro fato que pode justificar esta “fuga de dinheiro” é a proximidade de centros de compras maior e com diversidade e custos menores. Neste caso, os principais centros de compra indicados foram às cidades de Livramento de Nossa Senhora⁷ e a cidade de Vitória da Conquista, consideradas pelos entrevistados como as localidades fonte da maior parte dos insumos utilizados na rede alimentícia e hoteleira de Rio de Contas.

Assim, é possível notar que as empresas que constituem a rede hoteleira de Rio de Contas não podem ser consideradas territorializadas, que também é uma característica de um APL. Como Santos, Diniz e Barbosa (2004) enfatizam que o território deve ser entendido para além do espaço físico, mas também como um espaço econômico, socialmente construído e integrado, por meio de convenções de valores e princípios, de arranjos institucionais e formas sociais de organização da produção.

Ainda, indicando as carências inerentes às atividades turísticas de Rio de Contas, foi possível observar a falta de transporte aéreo, já que o aeroporto⁸ mais próximo se encontra

⁷ Livramento de Nossa Senhora: Cidade localizada a apenas 9km de Rio de Contas

⁸ Aeroporto: Este é de pequeno porte e pouco fluxo de aeronaves, localizado na cidade de Vitória da Conquista.

localizado a mais de 200 km da cidade e não há nenhuma empresa qualificada em transportes do tipo traslado, impedindo que um maior número de turistas possam conhecer esta cidade.

Outra deficiência observada na rede hoteleira de Rio de Contas é a dependência elevada deste setor do poder público municipal. Principalmente, no que se tange a divulgação dos atrativos e serviços turísticos inerentes a esta cidade. Ação estas que poderiam ser desenvolvidas pelos próprios responsáveis pela rede hoteleira e alimentícia da cidade, através de uma maior cooperação e comunicação entre estes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como ponto principal analisar as atividades do turismo na cidade de Rio de Contas, como impulsionadora de desenvolvimento local, verificando se estas podem ser caracterizadas como um arranjo produtivo local.

Para tanto, no primeiro capítulo destinado a apresentar o referencial teórico deste estudo, fez-se uma breve caracterização do que se entende por desenvolvimento regional. Posteriormente foram apresentando algumas teorias sobre desenvolvimento regional/local como, a Teoria da Base de Exportação e a Teorias do Aglomerando.

Destacando dentre estas teorias o conceito de Arranjo Produtivo Local, que é uma definição mais recente sobre aglomerações produtivas ou *cluster*, utilizado posteriormente como base para se caracterizar a estrutura turística de Rio de Contas.

No segundo capítulo, foi feito um estudo sobre a economia do turismo. Trazendo dados sobre as atividades e seguimentos relacionados ao turismo no Brasil e na Bahia, demonstrando sua importância principalmente na geração de renda e emprego (seja de maneira formal ou informal) pelo extenso território nacional.

Assim, após esta pesquisa foi possível observar que o turismo é uma atividade exportadora, que tem a capacidade de proporcionar o ingresso de riquezas e ampliação do excedente de uma determinada região, impulsionando os índices econômicos e sociais, além de promover o bem-estar da população.

Contudo, foi possível perceber também que não são apenas as atividades turísticas, por si só, que são capazes de promover o desenvolvimento e o crescimento de uma economia. Estas atividades devem estar atreladas a toda uma infraestrutura, como: segurança, saúde, educação, transportes, ou seja, as condições básicas para se promover o bem-estar social e econômico de uma determinada população.

Ainda, discorrendo sobre o segundo capítulo, este pode ser considerado a parte mais árdua desta pesquisa, no que se tange à disponibilidade e seleção de referências apropriadas, as quais tratavam especificamente de Economia do Turismo, como parte integrante das Ciências Econômicas. Talvez, este fato possa ser justificado devido aos estudos específicos sobre Economia do Turismo ser considerados relativamente novos, em comparação com outros ramos das ciências.

Já o terceiro e último capítulo foi reservado ao estudo de caso sobre o turismo na Cidade de Rio de Contas, que era o objetivo geral desta pesquisa. A partir de entrevista e questionário aplicados em hotéis, pousadas e restaurantes, fez-se uma caracterização, de

forma descritiva e quantitativa, sobre o impacto do turismo por ano neste município, utilizando como base o ano de 2012.

No que se tange ao estudo de caso, o principal objetivo era analisar os serviços do turismo, quantificando os recursos que são alocados na cidade de Rio de Contas, na tentativa de indicar se este pode ser considerado um serviço impulsionador de desenvolvimento local.

Assim, nesta análise foi possível concluir, que as atividades turísticas de Rio de Contas têm potencial natural, histórico e físico que contribuem e são primordiais para o desenvolvimento destes serviços nesta localidade.

No que se tange a quantificar a importância destas atividades para a economia local, ficou evidente que esta possui grande participação na alocação dos recursos totais por ano neste município, representando aproximadamente 3 milhões de reais.

Por esta cidade possuir apenas 13.007 habitantes e ter sua economia pautada, em sua maioria nas atividades agrícolas de pequeno e médio porte, o turismo é um importante instrumento na composição de sua base econômica. Podendo ser considerada como uma atividade impulsionadora do crescimento econômico, refletindo assim, nas perspectivas do desenvolvimento local.

Entretanto, o turismo em Rio de Contas, não pode ser considerado um APL, que era o segundo objetivo deste estudo. Pois algumas características específicas deste tipo de estrutura produtiva, não foram encontradas na rede hoteleira deste município, como a territorialização das atividades, a cooperação, a permanência do capital turístico na economia deste município.

Em suma, este estudo buscou avaliar o impacto do turismo na economia de Rio de Contas, através da mensuração dos recursos que são alocados neste município, provenientes das atividades turísticas de alimentação e hospedagem.

Assim, pode-se concluir que estas atividades são sim impulsionadoras dos indicadores econômicos, afetando o bem-estar social e econômico, possuindo potencial para influenciar o desenvolvimento local.

Contudo, o potencial turístico desta cidade ainda se encontra pouco explorado e divulgado. Em que a cooperação entre as empresas, que realiza as atividades turísticas, poderia ser útil para solucionar dois graves problemas deste setor, a capacitação profissional e a internalização dos recursos alocados nesta economia através das exportações do turismo.

REFERÊNCIAS

APMRC - Arquivo Público Municipal de Rio de Contas. **Historia Oficial**. Rio de Contas, 1997.

BARRETO, José Marden Costa. **Potencial Geoturístico da Região de Rio de Contas – Bahia – Brasil**. 164f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador - 2007.

BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le; ARRUDA, Nelly Rocha de. **Arranjo Produtivo Local: Turismo Bonito/ Serra da Bodoquena**. Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/nt_count.php?projeto=nt6&cod=8>. Acesso em 09 de mar. 2013

CNC. **O turismo e a economia no Brasil** - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/miolo_turismo_economia_web.pdf>. Acesso em 15 abr. 2013

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo. Thomason Learning, 2006

GIL, Antonio Carlos, 2002. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4 ed. 2ª Titagem – São Paulo: Atlas

GORINI, Ana Paula Fontenelle; MENDES Eduardo da Fonseca. **Setor do Turismo no Brasil: Segmento de Hotelaria** – Rio de Janeiro (2005). Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2205.pdf>. Acesso em 10 abr. 2013

HAZIN, Ana Lúcia; GALIZA, Cleide; MEDEIROS, Rejane. **Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal**. Recife. Fundaj. Unicap, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**, 2013. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 09 de abr. 2013

IBGE, Instituto de Geografia e Estatísticas. **Microdados censo 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm>. Acessado em 26 jun. 2013.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. - Brasília, 2010. 300 p. 3 v. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol2.pdf>. Acessado em 30 jun. 2013

LIMA, Carlos. **Patrimônio Histórico de Rio de Contas, na Bahia, é marcado pela originalidade**. Minas Gerais 2010. Disponível em: <<http://paracatumemoria.wordpress.com/2010/03/15/patrimonio-historico-de-rio-de-contas-na-bahia-e-marcado-pela-originalidade/>>. Acesso em 10 abr. 2013.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: O Caso do Brasil**. Belo Horizonte. 2009. Disponível em:
<<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2012.

LOPES, A. Simões. **Desenvolvimento Regional**. 5ª Ed. Fundação Calouste Gulbenkin. Lisboa. 2001.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo. Abril Cultural, 1982. 1v.(Os Economistas)

MINISTÉRIO DO TURISMO. Brasil. **Dados e Fatos**. 2013. Disponível em
<<http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html>>. Acesso em 25 de abr. 2013

MOURA, Francisco Carlos Abreu. **A economia do turismo e o seu impacto no produto interno bruto do Ceará**. Fortaleza. 2007. Disponível em
<<http://www.caucaianet.com/corecon-ce/imagens/franciscocarlosabreu.pdf>>. Acessado em 13 de abril de 2012.

NORTH, Douglass C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: SCHATZMAN, Jacques. **Economia regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

OLIVEIRA, Elton Silva. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itararé – Bahia / Ilhéus, BA : UESC**, 2008.

PRADO, Marlene Heidrich da Silva. **Os Arranjos produtivos Locais e o Desenvolvimento Regional no Brasil**. 2007. Disponível em:
<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/100/Arranjos%20Produtivos%20Locais%20-%20Marlene%20H%20da%20Silva.pdf>.
Acessado em 03 de mar. de 2013

POLÈSE, Mario. **Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações econômicas**. Coimbra: APDR, 1998.

PORTER, Michael E. **Competição = OnCompetition: estratégia competitiva essenciais**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra, Rio de Janeiro; Campus, 1999.

REDESIST. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Instituto de economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em
<<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>. Acessado em 23 de jan.2013.

SETUR. Secretaria do Turismo do Estado da Bahia. **Estudos Econômicos do Turismo na Bahia**. 2013. Disponível em <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/estudos-economicos/>>. Acesso em 26 de abr. 2013

SILVA, Jorge Antônio Santos. Nova dinâmica espacial da cultura e do turismo na Bahia— Base para o planejamento do desenvolvimento turístico fundamentados nos conceitos e praticas e cluster econômicos. 2001. **Turismo: Visão e Ação**, ano 4, n.10, p.43-61 out-2001/mar-2002

SANTOS, Ronam Soares dos. **Instituições de Ensino Superior e o Desenvolvimento Local em Vitória da Conquista**. 2007. 100f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

SANTOS, A. Galvão dos; DINIZ, J. Eduardo; BARBOSA, K. Eduardo. Aglomeração, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. In: SANTOS, Gustavo A. G. dos et al.(Org). **Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento** (Versão Preliminar). Rio de Janeiro: BNDES, 2004.

SANTOS, Luiz Alberto. Rio de contas: o paraíso da chapada. **Revista Vitrine do Sertão**. Ano 1, Número 02, p. 16 a 17: Salvador, Fevereiro (2009)

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo. Atlas.2009

SOUZA, Poema Isis Andrade de; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. A Importância do Turismo para o Desenvolvimento da Economia Baiana. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 4., 2008, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador, set. de 2008. Disponível em: <<http://www.mesteco.ufba.br/scripts/arquivos/1742009211720.pdf>>. Acessado em 03 fev. 2012

SOUZA, Poema Isis Andrade de; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. O Turismo na Bahia: Identificação de Clusters Potenciais. **Revista Desenhahia** nº 7, set. 2007. Disponível em: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/2508201110330625_Cap%208.pdf>. Acessado em 30 abr. 2013

STEFANI, Cláudia do Carmo de. **Regionalização e Gestão Territorial: O turismo na região metropolitana de Curitiba**. 2007. 243f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana, do Centro de Ciência Exata e de Tecnologia) – Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

TIEBOUT, Charles. As exportações e o Crescimento Econômico regional. In: SCHARTZMAN, Jacques. **Economia regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e Desenvolvimento Regional: dimensões, elementos e indicadores**. 1.ed. Caxias do Sul: Edus, 2009.

APÊNDICE

Questionário Avaliativo:

Questionário aplicado nos estabelecimentos de serviços turísticos da cidade de Rio de Contas – Bahia, como parte do trabalho Monográfico de Nayara Almeida Cardoso, pela Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia.

1 - Qual o tipo de estabelecimento:

Pousada Chalé Hotel Restaurante

2 - A quantos anos possui este estabelecimento _____

3- Nos últimos 05 anos percebeu-se aumento ou redução da demanda turística:

aumento redução

Itens desatinados apenas a Pousadas, Chalés e Hotéis:

4 - Quantos quartos o estabelecimento possui: _____

5 - Qual o a capacidade (NÚMERO) de hospedagem: _____

6 - Qual o percentual de ocupação: Alta _____% e Média _____%.

7 - Qual a média de turistas que utilizaram dos serviços prestados por este estabelecimento no ano de 2012: _____

8 - Qual o Valor médio de uma diária: R\$ _____

Itens desatinados apenas aos restaurantes:

9 - Qual a capacidade de atendimento diário: _____

10 - Qual o percentual de ocupação: Alta _____% e Média _____%.

11 - Qual o Valor médio de um almoço: R\$ _____

12 - Qual o Valor médio de um jantar: R\$ _____

13 - Qual a média de turistas que utilizaram dos serviços prestados por este estabelecimento nos anos de 2012: _____

Geografia das Transações das Empresas Hospedeiras

14 - Indique a origem das principais matérias-primas e insumos utilizados na rede hospedeira, destacando a distribuição percentual.

No município de Rio de Contas	_____ %	
Na região do sudoeste da Bahia		_____ %
Em outro município do estado da Bahia		_____ %
Em outro lugar do Brasil		_____ %
Fora do Brasil	_____ %	
 Total		 100%

Relação interfirmas

15 - A empresa participa de algum tipo de associação/cooperação com outras empresas?

Sim Não

Caso sim, que tipo?

Central de compras Sim Não

Central de divulgação e venda Sim Não

Consórcio de desenvolvimento tecnológico Sim Não

Outros, especifique Sim Não

Em caso afirmativo, que tipo de vantagens a empresa obtém com isso?

16 - A empresa recorre à terceirização para realizar algum tipo de serviço?

Itens	Nunca (0)	Pouco(1)	Regularmente (2)	Muito (3)	Sempre (4)
Limpeza					
Manutenção					
Transporte					
Alimentação					
Segurança					
Contabilidade					
Ascendência Jurídica					
Criação de material promocional					
Assessoria de imprensa					
Outros, especifique:					

Se não recorre à terceirização, por quê? _____

Capacitação e inovação

20 - A empresa realiza atividades de treinamento?

Não para os empregados apenas para os gerentes todos os níveis

Se sim, indique as áreas contempladas

Atividade de administração Sim () Não ()

Atividade de marketing Sim () Não ()

Qualificação dos empregados Sim () Não ()

Outro, especifique _____

21- Identifique as principais fontes de informação/ conhecimento especializado que a empresa utiliza, destacando seu grau de importância

	Nada (0)	Pouco (1)	Médio (2)	Muito (3)
Experiências anteriores da equipe				
Departamento de pesquisa e desenvolvimento				
Consultoria especializada				
Universidade e centros tecnológicos				
Publicações especializadas/Catalogo técnico				
Aquisição de novos equipamentos				
Troca de informações com empresas (cliente, fornecedores)				
Congressos e feiras comerciais e industriais do setor				
Sugestão dos empregados				
Outros especifique _____				

22 - Identifique as principais fontes de desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias que a empresa utiliza, destacando seu grau de importância.

	Nada (0)	Pouco (1)	Médio(2)	Muito (3)
Cooperação com fornecedor de equipamento				
Cooperação com clientes				
Cooperação com outras empresas				
Cooperação com outras organizações (ensino, pesquisa ou apoio setorial)				
Outros, especifique _____				